

J O E P A R A

RENAULT DO BRASIL S.A. - CNPJ 00.913.443/0001-73  
NIRE 41300014795, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2019  
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

**I - DATA, HORA E LOCAL:** aos 29 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às 11:00 horas, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

**II - CONVOCAÇÃO:** Dispensada nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/76.

**III - QUORUM:** presente a totalidade dos acionistas da Sociedade.

**IV - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente da Mesa Joaquim Ferraz Martins Filho e Secretária: Maria Helena Venetikides.

**V - ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018; 2) Deliberar sobre o destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2018; 3) Deliberar sobre a fixação do montante global e anual da remuneração dos membros da administração; 4) Extinção do Conselho de Administração com a consequente atribuição de seus poderes à Diretoria da Sociedade ou devolução de sua competência à assembleia Geral de Acionistas. 5) Eleição de novos membros da diretoria. 6) Consolidação do Estatuto Social.

**1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018.**

Apresentadas as contas pelo Presidente da mesa, foram aprovadas, por unanimidade, as contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018, publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Metrópole de São José dos Pinhais no dia 26/04/2019.

**2) Deliberar sobre o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2018;**

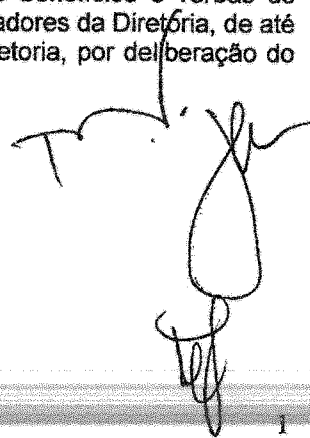
Foram aprovados, por unanimidade, o relatório de administração e o resultado do exercício de 2018, tendo sido apurado o lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2018 no valor de **R\$ 335.035.449,31** (trezentos e trinta e cinco milhões, trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos). Os acionistas aprovaram, por unanimidade a seguinte destinação:

- a) **R\$279.286.405,67** (duzentos e setenta e nove milhões, duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e sete centavos) à Reserva para Subvenção de investimentos; e
- b) **R\$55.749.043,64** (cinquenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos) à conta de lucros e prejuízos acumulados.

Aprovaram também, por unanimidade os acionistas, que o saldo existente nas contas de Reserva de Lucros, no valor de **R\$99.214.501,45** (noventa e nove milhões, duzentos e quatorze mil, quinhentos e um real e quarenta e cinco centavos), e Reserva Legal no montante de **R\$51.309.130,45** (cinquenta e um milhões trezentos e nove mil cento e trinta reais e quarenta e cinco centavos) também sejam destinados à conta de lucros e prejuízos acumulados.

**3) Deliberar sobre a fixação do montante global e anual da remuneração dos membros da administração.**

Proposta pelo presidente da mesa a fixação do montante global e remuneração dos membros da administração, por unanimidade, aprovou-se para o exercício social, incluindo benefícios e verbas de representação, o pagamento de uma remuneração global e anual, aos Administradores da Diretoria, de até **R\$9.000.000,00** (nove milhões de reais) a ser distribuída aos membros da Diretoria, por deliberação do Diretor Presidente.



Retificar o montante global e remuneração dos membros da administração do, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2018, para o montante de R\$8.548.618,56 (oito milhões quinhentos e quarenta e oito mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

**4) Extinção do Conselho de Administração com a consequente atribuição de seus poderes à Diretoria da Sociedade ou devolução de sua competência à assembleia Geral de Acionistas.**

Com o objetivo de simplificar e agilizar o funcionamento da sociedade, aprovam por unanimidade os acionistas extinguir o Conselho de Administração, com a consequente alteração do Estatuto Social e a renumeração de seus artigos.

As antigas competências e as atribuições do Conselho de Administração ora extinto passam a ser exercidas, conforme descritas no Estatuto Social que já ajustado às deliberações aprovadas nesta assembleia abaixo.

**5. Renúncia de diretores.**

5.1. Em 01/02/2019 foi apresentada a renúncia do Diretor Financeiro **Jorge Luis Leverone**, argentino, CPF/MF nº. 699.738.657-15, o que foi aceito pelos sócios, que agradeceram pelos bons serviços prestados à sociedade.

5.2. Foi apresentada a renúncia do Diretor Presidente **Luiz Fernando Pedrucci Araújo**, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 246.423.928-31, o que foi aceito pelos sócios, que agradeceram pelos bons serviços prestados à sociedade.

**6. Eleição de novos membros da diretoria.**

Foi apresentado novos membros para a Diretoria, o qual foi aprovado por unanimidade pelos sócios, ratificando os atos praticados desde o início de seus mandatos.

**PARA O CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE: Ricardo Yuji Gondo**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, RG 15.488.790-0 e CPF 161.337.248-54, com domicílio na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, número 1300, bairro Borda do Campo.

**PARA O CARGO DE DIRETOR FINANCEIRO: Sebastian Parra Velez**, colombiano, casado, especialista em finanças corporativas, RNM F050453Z e CPF 801.035.999-83, com domicílio na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, número 1300, bairro Borda do Campo.

Nos termos do art. 147, § 1º. da lei das Sociedades por Ações, os diretores ora eleitos declaram não ter praticado qualquer ato que os impeça de desempenhar cargo eletivo em qualquer Sociedade.

Assim, a diretoria da sociedade fica composta da seguinte forma, com vigência até 29 de abril de 2022:

1. **DIRETOR PRESIDENTE: Sr. RICARDO YUJI GONDO**, brasileiro, casado, RG: 15.488.790-0, CPF/MF nº. 161.337.248-54.
2. **DIRETOR VICE-PRESIDENTE COMERCIAL: Sr. ALEJANDRO BOTERO ESCOBAR**, colombiano, casado, CPF/MF Nº 060.544.697-03.
3. **DIRETOR FINANCEIRO: Sr. SEBASTIAN PARRA VELEZ**, colombiano, casado, portador da cédula de identidade de estrangeiro - Registro Nacional Migratório n. F050453Z, CPF/MF nº. 801.035.999-83.
4. **DIRETOR DE FABRICAÇÃO: Sr. CARLOS HENRIQUE RODRIGUES ALVES CARRINHO**, brasileiro, casado, RG 14.557.739-9 e CPF/MF 084.952.578-07.
5. **DIRETOR: PABLO LUIS SIBILLA**, argentino, casado, portador da cédula de identidade de estrangeiro - Registro Nacional de Estrangeiro n. ° V311045-V, CPF/MF n.º 009.050.099-55.

Todos com domicílio na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, número 1300, bairro Borda do Campo, com exceção do Vice-Presidente Comercial Alejandro Botero Escobar, com domicílio na Rua Fidêncio Ramos, 223, 10º andar, São Paulo, estado de São Paulo.

**7. DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL:**

JUCEPAR

10 05 19

**7. DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL:**

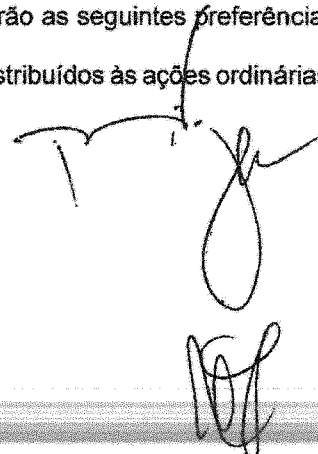
**ESTATUTO SOCIAL DA RENAULT DO BRASIL S.A.**

**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

- Artigo 1º -** Sob a denominação de Renault do Brasil S.A., fica constituída uma sociedade por ações que se regerá pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.
- Artigo 2º -** A sociedade tem sua sede e foro no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, podendo abrir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País, ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria.
- Artigo 3º -** A sociedade tem por objeto:
- a) a fabricação e a montagem de veículos automotores;
  - b) a fabricação de equipamentos, peças e acessórios para veículos automotores;
  - c) compra, venda, importação, exportação, industrialização e armazenagem de matérias primas destinadas à fabricação de veículos, partes e peças;
  - d) a prestação de serviços de logística, armazenagem de veículos, peças, acessórios, equipamentos, embalagens, material promocional e de consumo do ramo automotivo;
  - e) o desenvolvimento das atividades auxiliares à indústria e à comercialização de veículos automotores;
  - f) o comércio, importação e exportação de veículos automotores, seus equipamentos, peças, acessórios, máquinas e insumos utilizados direta e/ou indiretamente na produção e/ou manutenção de veículos automotores, e de serviços pós-venda;
  - g) a prestação dos serviços de assistência técnica e de manutenção relacionados aos veículos, peças, partes, equipamentos e acessórios comercializados pela Sociedade;
  - h) a locação de veículos automotores;
  - i) envasamento e empacotamento sob contrato (CNAE 8292-0/00);
  - j) a representação, dentro e fora do País, de outras sociedades civis ou comerciais;
  - k) participação em outras sociedades, industriais, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.
- Artigo 4º -** O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

**CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL**

- Artigo 5º -** O Capital Social da empresa é de R\$ 2.398.236.842,47 (dois bilhões, trezentos e noventa e oito milhões, duzentos e trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e sete centavos), dividido em 807.562.019.093 (oitocentos e sete bilhões, quinhentos e sessenta e dois milhões, dezenove mil, noventa e três) ações nominativas, sendo 670.331.224.178 (seiscentos e setenta bilhões, trezentos e trinta e um milhões, duzentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e oito) ações ordinárias e 137.230.794.915 (cento e trinta e sete bilhões, duzentos e trinta milhões, setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e quinze) ações preferenciais, todas sem valor nominal, que serão indivisíveis e poderão ser representadas por títulos múltiplos ou singulares, que serão assinados por dois Diretores.
- § 1º -** Cada ação ordinária atribuirá a seu detentor direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas.
- § 2º -** As ações preferenciais não terão direito de voto, mas terão as seguintes preferências e prerrogativas:
- (a) percepção de dividendos 10% superiores aqueles distribuídos às ações ordinárias;



- (b) prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da sociedade;
- (c) direito de voto, no caso da sociedade deixar de distribuir o dividendo mínimo durante três exercícios consecutivos, faculdade que conservarão até o efetivo pagamento, observado o disposto no Artigo 27, abaixo; e
- (d) direito de comparecer à Assembleia Geral de Acionistas, discutindo as matérias dela objeto, mas sem direito a voto.

§ 3º - A sociedade poderá criar classes de ações, por deliberação da Assembleia Geral, com vantagens distintas das ações existentes.

**Artigo 6º -** Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações ou outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente, observados os tipos e classes de ações que cada acionista detenha, sendo ressalvada à Diretoria a faculdade de oferecer aos demais acionistas as ações correspondentes aos acionistas que, por escrito, desistirem do exercício de sua preferência, ou que, decorrido o prazo deste, não tenha exercido a preempção, ou, ainda, que, consultados, não se manifestarem dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da consulta.

**Parágrafo Único -** O acionista que, a partir da data da aprovação deste Estatuto, subscrever ou adquirir ações e não efetuar o pagamento das integralizações correspondentes nos prazos convencionados ficará, de pleno direito, constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor daquelas entradas ou prestações.

### CAPÍTULO III - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

**Artigo 7º -** As Assembleias Gerais de Acionistas serão realizadas, ordinariamente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses da sociedade assim o exigirem.

**Artigo 8º -** As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Presidente, ou na ausência deste por seu Vice-Presidente ou ainda por um dos demais Diretores estatutários.

§ 1º - A convocação da Assembleia Geral far-se-á em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

§ 2º - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

§ 3º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social ou em lei, serão tomadas pela maioria absoluta dos acionistas com direito a voto, presentes à Assembleia Geral.

§ 4º - Se todos os acionistas estiverem presentes à Assembleia Geral de Acionistas, poderá ser dispensada sua convocação prévia e, mediante consentimento dos presentes, outras matérias poderão ser incluídas na ordem do dia, além daquelas originalmente previstas.

**Artigo 9º -** As Assembleias Gerais de Acionistas serão presididas pelo Diretor Presidente, ou na ausência deste pelo Diretor Vice-Presidente, ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao presidente da assembleia cabe a escolha do secretário.

**Artigo 10 -** Os acionistas poderão ser representados, nas Assembleias Gerais de Acionistas, por procurador, que seja acionista, administrador da sociedade ou advogado, investido de poderes especiais, cujo correspondente instrumento de mandato deverá ser arquivado na sede da sociedade.

JUL 20 19

#### CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 11 -** A Sociedade será administrada por uma Diretoria constituída de no mínimo 04 (quatro) membros residentes no País, acionistas ou não, dispensados de prestar caução, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente Comercial, um Diretor Financeiro e um Diretor Fabricação e os demais quando houver, Diretores eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de três anos, permitida a reeleição. Os diretores poderão ser, a qualquer momento, destituídos de seus cargos por deliberação de acionistas representando a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º - O Diretor Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos, pelo Diretor que vier a ser designado pelo próprio Diretor Presidente ou, na ausência de designação, por um dos Diretores, na seguinte ordem: Diretor Vice-Presidente Comercial, Diretor Financeiro, ou Diretor de Fabricação.

§ 2º - O Diretor Vice-Presidente e os Diretores serão substituídos em suas ausências ou impedimentos pelo Diretor que vier a ser designado pelo Diretor Presidente.

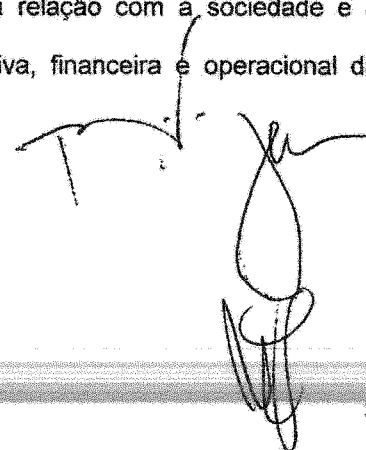
§ 3º - Ocorrendo vacância definitiva na Diretoria, novo membro será designado pela Assembleia Geral e terá todos os direitos do Diretor substituído, inclusive o de voto nas reuniões, exercendo o cargo pelo prazo restante do mandato do Diretor substituído. Caso, em virtude da vacância definitiva, o número de diretores passe a ser inferior ao previsto no caput do art. 11, será convocada no menor tempo possível Assembleia Geral de acionistas para eleger novo membro.

§ 4º - É obrigatória a eleição para os cargos de Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente Comercial, Diretor Financeiro, e Diretor de Fabricação.

§ 5º - Com exceção da hipótese de destituições feitas expressamente, os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos diretores eleitos.

**Artigo 12 -** A representação da Sociedade perante terceiros deve ser feita: (i) através da assinatura de dois diretores; (ii) um diretor em conjunto com um procurador ou, ainda, (iii) dois procuradores, em conjunto, desde que investidos de poderes de representação, e incluem, mas não se restringem a:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios, coordenar e supervisionar todas as atividades da Sociedade, exercendo os poderes gerais de administração;
- b) deliberar sobre a criação, extinção e transferência de filiais, agências e representações em quaisquer praças do País ou do Exterior, observadas as disposições legais e regulamentares atinentes à matéria; bem como a participação em outras Sociedades ou empreendimentos, obedecidos os preceitos legais.
- c) aprovar a distribuição de dividendos mencionada nos artigos 18 e 19, deste Estatuto;
- d) deliberar sobre a apresentação à Assembleia Geral de propostas sobre aumentos de capital e alteração deste Estatuto;
- e) decidir sobre atos cuja competência não esteja definida no presente Estatuto e não seja exclusiva da Assembleia Geral;
- f) transigir, celebrar acordos, desistir e renunciar direitos, prestar caução;
- g) aprovar os atos de aquisição, alienação ou constituição de ônus sobre bens móveis, imóveis e direitos da sociedade, envolvendo, dentre outros, marcas registradas; conhecimentos técnicos; tecnologia; equipamentos; máquinas; imóveis e bens correlatos;
- h) deliberar sobre a outorga de Fiança aos Empregados da empresa, nas relações locatícias que tenham que contratar, como decorrência de sua relação com a sociedade e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- i) organizar, dirigir e fiscalizar toda a parte administrativa, financeira e operacional da





JUPERAB

10.08.19

sociedade;

- j) propor à Assembleia Geral o orçamento anual de receita, despesa e investimento;
- k) organizar e apresentar, anualmente à Assembleia Geral Ordinária as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Diretoria;

**§ 1º Compete ao Diretor Presidente:**

- a) presidir as Assembleias Gerais e Reuniões da Diretoria;
- b) representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;
- c) superintender as atividades da sociedade;
- d) coordenar as funções do Diretor Vice-Presidente Comercial e dos demais Diretores.
- e) Fixar o critério de distribuição da participação e percentagem à Diretoria, assim como, estabelecer o rateio dos honorários fixados globalmente pela Assembleia Geral, na forma do artigo 152, da Lei nº 6404/76, e fixar a remuneração dos Diretores;

**§ 2º Compete ao Diretor Vice-Presidente:**

- a) auxiliar o Diretor Presidente em suas atribuições;
- b) convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria, na ausência do Diretor Presidente;
- c) supervisionar o funcionamento operacional ordinário da empresa, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Presidente;
- d) desempenhar e encarregar-se das funções atribuídas pelo Diretor Presidente.

**§ 3º Compete aos Diretores** desempenhar e encarregar-se das funções que lhes forem cometidas pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, ou, nas suas ausências.

**Artigo 13 –** Não obstante o previsto no caput do artigo 12, os poderes conferidos à Diretoria que criarem responsabilidade para a sociedade ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ela, desde que observado o disposto nos §§ 1º e 2º abaixo deste artigo, poderão ser exercidos mediante assinatura de:

- 1 (um) Diretor em conjunto com um Procurador; ou
- 2 (dois) Procuradores em conjunto.

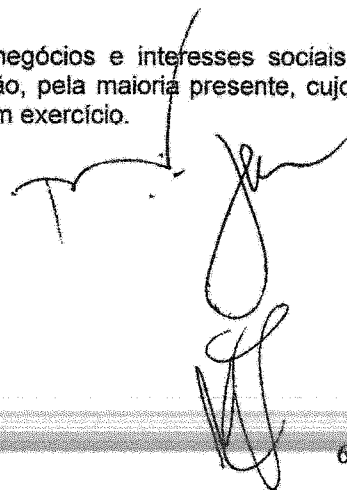
**§ 1º** Em casos especiais, certos e determinados, mediante deliberação aprovada previamente em Reunião de Diretoria, a Empresa poderá ser representada por um só membro da Diretoria ou por um só procurador;

**§ 2º** Os procuradores serão sempre nomeados através de procuração assinada por dois Diretores, devendo obrigatoriamente os respectivos instrumentos especificar: **a)** os atos que poderão ser praticados; **b)** os valores máximos de competência; **c)** em conjunto com quem os procuradores poderão assinar; e **d)** o prazo de validade da procuração.

**§ 3º.** O procurador com poderes da cláusula "ad-judicia" agirá em conjunto ou isoladamente e será constituído na forma do disposto no parágrafo anterior;

**§ 4º.** Com exceção do mandato judicial, todos os demais instrumentos de procuração deverão ter prazo máximo de vigência de dois anos.

**Artigo 14 -** A Diretoria se reunirá sempre que assim o exigirem os negócios e interesses sociais, consignando em livro próprio o que for deliberado na ocasião, pela maioria presente, cujo "quórum" mínimo será a maioria dos seus membros eleitos em exercício.



JOBPA8  
10 05 19

## CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

- Artigo 15 -** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no País.
- § 1º** O Conselho Fiscal apenas funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas solicitarem sua instalação, sendo a Assembleia Geral de Acionistas competente para eleger e destituir seus membros e fixar sua remuneração.
- § 2º** O Conselho Fiscal terá, quando em funcionamento, os poderes e atribuições que a Lei lhe confere, sendo que o regulamento interno do mesmo será estabelecido pela Assembleia Geral de Acionistas que tiver solicitado sua instalação.

## CAPÍTULO VI - DO ANO SOCIAL, DO BALANÇO E DOS LUCROS

- Artigo 16 -** O exercício social corresponderá ao ano civil, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

- Artigo 17 -** Ao fim de cada exercício, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da sociedade, as seguintes demonstrações financeiras:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração de lucro ou prejuízos acumulados;
- III - declaração dos resultados;
- IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

**§ 1º** - A Diretoria deverá submeter às demonstrações financeiras da sociedade à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, no prazo de, no máximo, 4 (quatro) meses a contar do final do exercício social a que se referem.

**§ 2º** - Os Órgãos da Administração da sociedade apresentarão à Assembleia Geral Ordinária as Demonstrações Financeiras bem como uma proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, observadas as disposições legais e estatutárias.

**§ 3º** - Os livros da sociedade serão examinados por auditor independente.

**§ 4º** - A sociedade poderá preparar balanços intermediários ou intercalares a qualquer tempo, e, com base nesses balanços, distribuir dividendos.

- Artigo 18 -** Os lucros líquidos, apurados conforme previsto em lei, terão a seguinte destinação:

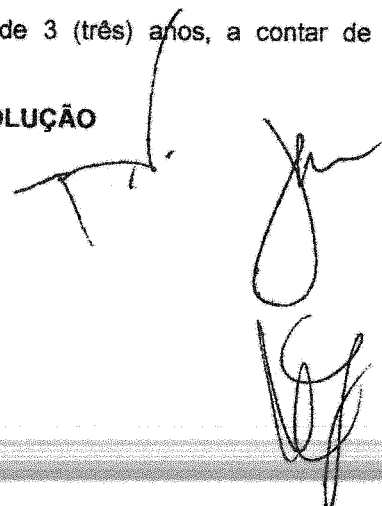
- a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 5% (cinco por cento) para distribuição aos acionistas, a título de dividendo obrigatório, observado o Artigo 20, abaixo e
- c) o saldo terá a destinação que lhe for atribuída pela Diretoria, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

**Parágrafo Único** - O pagamento de dividendos deverá ser determinado no prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar da declaração de dividendos em Assembleia Geral de Acionistas.

- Artigo 19 -** A Assembleia Geral de Acionistas poderá, por proposta da Diretoria, constituir reservas adicionais conforme o previsto em lei.

- Artigo 20 -** Os dividendos não reclamados dentro do período de 3 (três) anos, a contar de sua disponibilidade, reverterão em benefício da sociedade.

## CAPÍTULO VII - LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO



GOVERNO

DO ESTADO DO PARANÁ

de Acionistas.

**Parágrafo Único** - Competirá à Assembleia Geral de Acionistas indicar o liquidante, fixar a sua remuneração, estabelecer a forma de liquidação e nomear o Conselho Fiscal que funcionará durante o período de liquidação."

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, lida, achada conforme e assinada pelos presentes. Lavrada a presente Ata, nos termos do §1º do Art. 130, da Lei nº 6.404/76, foi lida, achada conforme e por todos assinada, autorizou-se, a reproduzir tantas cópias quanto se façam necessárias.

**ASSINATURAS:**

1º Tabelião  
São José dos Pinhais - PR

Renault S.A.S.

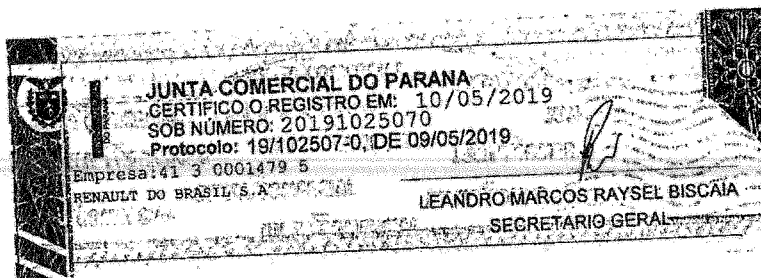
p.p. Joaquim Ferraz Martins Filho

Agência de Fomento do Estado do Paraná S.A

1º Tabelião  
São José dos Pinhais - PR



1º Tabelião  
São José dos Pinhais - PR  
OAS/PR 18.985



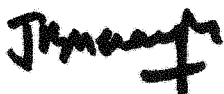


JOB PAR  
10 05 19

**POUVOIR**

Par le présent mandat sous seing privé, **RENAULT S.A.S.**, société constituée conformément aux lois françaises, dont le siège social est situé au 13-15, Quai Alphonse Le Gallo, 92100 Boulogne-Billancourt, dans cet acte représentée par **Jean-Benoît Devauges**, en sa qualité d'actionnaire de **RENAULT DO BRASIL S/A**, désigne comme mandataires **Joaquim Ferraz Martins Filho**, brésilien, marié, avocat, porteur de la Carte d'Identité numéro 9109831-2 – SSP/SP, inscrit au CPF/MF sous le numéro 091.243.338-83, et **Maria Helena Venetikides Durigan**, brésilienne, mariée, avocate, inscrite à l'OAB/PR numéro 18.985 et au CPF/MF numéro 721.262.649-04, tous ayant leur adresse professionnel au 1300, Avenue Renault, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Etat du Paraná, et leur donne les pouvoirs nécessaires pour qu'ils puissent agir au nom de **RENAULT S.A.S.**, individuellement ou conjointement, aux fins exclusives de l'Assemblée Générale Ordinaire et Extraordinaire de **RENAULT DO BRASIL S/A**, qui aura lieu le 29 d'avril 2019. Les mandataires pourront représenter la société et assumer toutes les obligations relatives aux délibérations sur les sujets inclus dans l'ordre du jour, avec facultés de voter les sujets en question, ainsi que d'examiner, de discuter et délibérer. Les mandataires pourront voter lors de la dite Assemblée, signer le registre de présence des actionnaires ainsi que le procès-verbal, et pourront encore exclusivement recevoir toutes assignations et citations éventuelles concernant le présent mandat.

Boulogne-Billancourt, le 25 avril 2019.

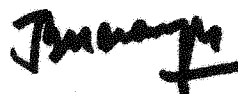


**RENAULT S.A.S.**  
**Jean-Benoît Devauges**

**PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular de mandato, **RENAULT S.A.S.**, sociedade constituída conforme as leis francesas, com sede no Quai Alphonse Le Gallo, 92100 de Boulogne-Billancourt, representada por **Jean-Benoît Devauges**, na qualidade de sócia da **RENAULT DO BRASIL S/A**, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **Joaquim Ferraz Martins Filho**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG 9109831-2 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 091.243.338-83; e **Maria Helena Venetikides Durigan**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR sob nº. 18.985 e no CPF/MF sob nº. 721.262.649-04, todos com endereço profissional na Avenida Renault, 1300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, outorgando-lhes poderes bastantes para agir, em conjunto ou individualmente em nome da **RENAULT S.A.S.**, exclusivamente na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da **RENAULT DO BRASIL S/A**, a realizar-se em 29 abril de 2019. Os outorgados poderão representar a companhia e assumir todas as obrigações relativamente às deliberações das matérias constantes na ordem do dia, tais como examinar, discutir assuntos constantes da mesma. Os outorgados recebem, ainda, poderes para votar, assinar atas em geral, podendo ainda, exclusivamente para esta finalidade, receber citações.

Boulogne-Billancourt, 25 de abril de 2019.



**RENAULT S.A.S.**  
**Jean-Benoît Devauges**

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** **AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.584.906/0001-99, com sede na Rua Comendador Araújo, 652 – 6º andar, Batel, nesta capital, gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, neste ato representada pelo Diretor-Presidente, Heraldo Alves das Neves, economista, portador do RG nº 4.035.436-0/PR, inscrito no CPF sob o nº 713.432.379-04.

**OUTORGADO:** **JUAREZ MIGUEL ROSSETIM**, brasileiro, portador do RG nº 1.842.550-5 PR, inscrito no CPF sob o nº 403.573.769-00, Diretor de Mercado da FOMENTO PARANÁ.

**PODERES:** Representar a Outorgante, na qualidade de acionista, perante a Renault do Brasil S/A, a realizar-se no dia 29.04.2019 às 11h00, na Avenida Renault, 1300 Borda do Campo, São Jose dos Pinhais PR podendo votar e deliberar sobre os assuntos em pauta, enfim, participar de todos os demais atos correlatos e que se fizerem necessários ao fiel desempenho deste mandato.

Curitiba, 29 de abril de 2019.



Heraldo Alves das Neves  
Diretor- Presidente

# RENAULT DO BRASIL S.A. e. CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Renault do Brasil S.A. e Empresa Controlada, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, destacamos alguns fatos e informações importantes ocorridos no período.

### CONTEXTO GERAL

Pelo segundo ano consecutivo, o mercado automobilístico brasileiro apresentou crescimento, com um aumento de 13,5% nos emplacamentos em relação ao ano anterior. No mesmo período a Renault cresceu acima do mercado, com 28,5%. A Renault também acompanha a melhoria dos indicadores da economia brasileira, com o IGP em 1,1%. Em 2018 o reconhecimento de veículos no Brasil chegou a 2,6 milhões de unidades, marca ainda distante do recorde de 2012, quando foram licenciados cerca de 3,6 milhões de veículos no país. No último ano a Renault do Brasil manteve a trajetória de crescimento que segue de forma contínua no país desde 2010, alcançando novo recorde de participação de mercado: 8,7%, com ganho de 1,0 ponto percentual em relação a 2017. No total, a empresa emplacou 214,9 mil veículos, contra 167,1 mil unidades emplacadas em 2017.

### A RENAULT EM 2018

Em 2018 a Renault atingiu a melhor marca de sua história em participação de mercado, graças ao sucesso do Renault Kwid, líder do segmento de entrada com 67.316 unidades emplacadas. Outro destaque foi o Renault Master, líder absoluto pelo quinto ano consecutivo do segmento de furgões com capacidade de carga de até 3,5 toneladas de Peso Bruto Total, que fechou o ano com 7.104 unidades emplacadas.

Marca líder em vendas de veículos elétricos no Brasil, a Renault anunciou o início da comercialização de veículos elétricos para o cliente final no Brasil. O Renault Zoe, veículo 100% elétrico de marca, já está disponível pelo preço sugerido de R\$ 149.900,00. Até então, o Zoe era comercializado no país somente para empresas em projetos envolvendo a mobilidade zero emissão. Em 2018 a Renault também ganhou uma nova versão, a GT Line 1.0, acrescentando visual esportivo ao veículo.

No último ano, a Renault também inovou ao lançar o K-Commerce, a mais completa plataforma online para a compra de um automóvel. Na plataforma o cliente consegue realizar o financiamento, a pré-avaliação do usado e o pagamento por boleto, usando comodidade e praticidade aos clientes que desejam adquirir o Kwid. Com acesso por celulares, tablets ou desktops, o K-Commerce é uma ferramenta desenvolvida com foco no consumidor brasileiro: cada vez mais conectado e que busca soluções digitais para resolver suas necessidades com rapidez, segurança e transparência. Desde o seu lançamento, em janeiro de 2018, mais de 19 mil Kwid já foram vendidos por meio da plataforma.

O ano marcou conquistas importantes para o Complexo Ayrton Senna, fábrica da Renault em São José dos Pinhais. A CVP, Curitiba Veículos de Passado, atingiu a marca de 3 milhões de veículos fabricados, enquanto a produção de motores atingiu 4 milhões de unidades

fabricadas na CMO, Curitiba Motores. Veículo mais vendido pela Renault no país, o Sandero chegou a 1 milhão de unidades produzidas desde o seu lançamento em 2007.

Outra importante conquista foi a ótima colocação no "Guia Você S/A - As 150 melhores empresas para trabalhar", 6 a oitava vez que a empresa participa deste seleto ranking.

### INVESTIMENTOS: UMA NOVA FÁBRICA

Além do crescimento em market share, em 2018 a confiança da Renault no país foi mais uma vez comprovada, com a inauguração da quarta fábrica do Complexo Ayrton Senna, a Curitiba Injeção de Alumínio (CIA) e a ampliação da Curitiba Motores (CMO), resultado de um investimento total de R\$ 750 milhões.

### PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Suplantando o sucesso de 2017, em 2018 a Renault conquistou 14 prêmios, concedidos aos seus produtos, profissionais e ações sociais:
 

- Kwid foi eleito o "Carro até R\$ 38.000" no prêmio Melhor Compra da revista Quatro Rodas;
- Kwid foi eleito na categoria "Entrada" como o "Melhor Valor da Revenda - Auto", da agência Auto Informa;
- Kwid venceu em quatro categorias no Ranking Folhe-Mauá 2017: adaptação com etanol, consumo urbano com gasolina e consumo rodoviário com etanol e gasolina;
- Kwid recebeu o "Selo Seleção Motor", na categoria carro até R\$ 45 mil, do site Motor 1;
- Sandero R.S. 2.0 venceu como o melhor carro de passeio acima de 2,0 no prêmio Carasugi Auto Preferêre;
- Sandero R.S. 2.0 Racing Spirit foi eleito o "Esportivo até 350 cv" no prêmio Melhor Compra da revista Quatro Rodas;
- Sandero 1.0 foi eleito o "Match até R\$ 30.000" no prêmio Melhor Compra da revista Quatro Rodas;
- Logan Autotique 2017 foi eleito o "Sedã até R\$ 35.000" no prêmio Melhor Compra da revista Quatro Rodas;
- Master foi eleito o utilitário como o "Maior Valor da Revenda" e também venceu na categoria "Furgão de Carga" para o Master, pela Agência Auto Informa;
- A plataforma on-line K-Commerce venceu como "Mais Digital" no prêmio Carro do Ano 2019 da revista Autoesporte e também na "Grand Prix" categoria "Varejo" no prêmio Top de marketing da ADVO-PR;
- Luiz Fernando Pedrucci foi eleito o "Presidente de Empresa do ano" no prêmio Personalidades Topview 2018;
- Projeto Casa da Costura, programa de desenvolvimento de renda da Associação Borda Viva apoiado pelo Instituto Renault, venceu o XII Prêmio AEA de Meio Ambiente e recebeu o reconhecimento como um dos empreendimentos mais sustentáveis e sociais segundo o The Green Organization Foundation, de Londres;
- O Renault Experience foi o vencedor do 11º Prêmio Ozias Silva de Empreendedorismo

### Sustentável na categoria Econômica:

• Renault foi eleita a oitava melhor empresa para se trabalhar no "Guia Você S/A - As 150 melhores empresas para trabalhar".

### RENAULT, 20 ANOS DE FÁBRICA NO BRASIL

Em 2018 a Renault completou 20 anos de fábrica no Brasil. Para celebrar essa importante data para a história da marca no país, diversos eventos foram realizados. Além do patrocínio à Maratona de Curitiba, a mais importante corrida de rua da cidade, a Renault também realizou no Complexo Ayrton Senna um evento para mais de 6 mil pessoas no dia 04 de dezembro, data de seu aniversário. Estiveram presentes no evento: colaboradores, fornecedores, jornalistas e autoridades locais. Para comemorar a importante relação com a cidade, também foi realizado o patrocínio à Festa da Música na Praça de Espanha, festival que contou com diversas atrações musicais e a exposição de veículos atuais e históricos da Renault.

### RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em 2018, o Instituto Renault completou 8 anos de existência. Desde sua criação, cerca de 700 mil pessoas já foram impactadas pelos projetos, que são desenvolvidos em dois eixos: Mobilidade Sustentável e Indústria.

Fundado em 14 de setembro de 2010, o Instituto Renault terminou 2018 com a conclusão de um importante trabalho: o mapa social da região do bairro Borda do Campo, nos arredores do Complexo Ayrton Senna, em São José dos Pinhais. O mapa social é uma ferramenta ampla, utilizada para identificar o nível de desenvolvimento de um território, demandas, rede de serviços, tendências e oportunidades de investimentos. Para a elaboração do mapa foram extraídos 32 indicadores que traduzem a realidade da região e permitem traçar uma direção dos próximos investimentos com foco no impacto social.

Em 2019, o programa "O Trânsito é Eu", de nível estadual, inaugurou uma nova iniciativa, promovendo educação para segurança no trânsito para crianças, em Arapongas, no Paraná. Ao todo, já estão sendo ministradas 10 aulas com o programa: Curitiba, São José dos Pinhais, Maringá e Arapongas, no Paraná; Palmas (RS); além das cidades paulistas de São Bernardo do Campo, Santa Bárbara d'Oeste e São Paulo, capital.

Outro marco foi a conquista do zero zero, ou seja, nenhum resíduo das fábricas é encaminhado para aterro sanitário.

### Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos aos fornecedores, concessionárias, bancos, acionistas e demais parceiros pela confiança depositada em nossa empresa, aos clientes que manifestaram sua preferência pelos nossos produtos e, principalmente aos colaboradores pelo esforço, competência, lealdade e dedicação, que asseguram o progresso do empreendimento.

São José dos Pinhais/PR, 31 de março de 2019.

A Diretoria

## BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Em Milhares de Reais - R\$)

ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Notas explicativas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016		Notas explicativas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>					<b>Circulante</b>				
Circulante					Fornecedores	17	1.568.203	1.547.690	1.626.367
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.095.717	1.721.687	2.212.587	Empréstimos e financiamentos	18	1.888.618	1.652.652	1.860.882
Clientes	10	521.207	555.945	565.823	Debitores	19	100.260	100.541	100.280
Empreendimentos	11	823.825	883.337	907.238	Obrigações tributárias	20	335.851	153.690	245.471
Impostos a recuperar	12	238.880	310.288	274.186	Obrigações sociais e previdenciárias	19	308.292	243.910	309.610
Despesas antecipadas	13	45.045	80.545	45.045	Empresas ligadas	19	55.433	71.681	266
Outros ativos circulantes	13	280.225	225.031	172.331	Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	60.268	-	81.138
		4.012.890	4.084.914	4.176.955	Provisões comerciais	19	59.981	86.438	86.438
				4.245.313	Provisões para garantias	19	116.828	104.977	116.828
<b>Não circulante</b>					Outros passivos circulantes		31.963	91.963	91.963
Impostos judiciais	22	450.631	62.002	450.605			4.501.582	3.985.710	4.408.011
Impostos de renda	22	94.387	95.613	115.072					
Impostos a recuperar	12	206.079	192.089	206.520	<b>Passivo não circulante</b>				
		741.297	347.690	368.191	Empreendimentos e financiamentos	10	421.741	1.061.327	590.668
Investimentos	14	67.501	46.698	6	Debitores	19	25.000	125.000	25.000
Imobilizado	15	2.890.576	2.782.425	3.044.957	Provisão para contingências	23	443.554	126.150	445.034
Intangível	16	14.414	24.025	14.504	Provisão para garantias	19	129.673	78.874	78.874
		2.972.491	2.863.149	3.059.472	Obrigações tributárias	20	145.002	163.564	145.002
				24.277	Dividendos a distribuir		18.006	16.006	16.006
				2.877.320	Outros passivos		869	330	869
							1.342.664	1.572.131	1.342.664
							5.844.225	5.557.841	5.844.664
<b>Total do ativo</b>		<b>7.745.087</b>	<b>7.285.861</b>	<b>7.993.564</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>7.745.087</b>	<b>7.285.861</b>	<b>7.993.564</b>
				7.589.564	<b>Patrimônio líquido</b>				
					Capital social	21	2.395.893	2.395.893	2.395.893
					Reserva legal	21	51.309	51.309	51.309
					Reservas de subordinação	21	995.076	715.790	995.076
					Reservas de lucros	21	99.214	99.214	99.214
					Prejuízos Acumulados		(1.348.518)	(1.335.386)	(1.348.518)
					Lucro líquido do período atribuído aos controladores		2.042.461	1.724.461	2.042.461
					Participação de não controladores		-	1.223	340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	2018	2017	2016
Receita líquida de vendas	26	12.871.527	11.238.343	11.519.309
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	27	(10.900.030)	(9.134.261)	(9.293.080)
Lucro bruto		1.971.527	2.104.082	2.226.229
Receitas (despesas) operacionais:				
Vendas	27	(972.854)	(1.138.507)	(985.751)
Perda no valor recuperável		(10.517)	(715)	(11.218)
Ganhos e administrativos	27	(880.845)	(812.138)	(842.093)
Resultado de equivalências patrimoniais	14	47.167	32.382	-
Outras receitas operacionais, líquidas	27	347.890	477.051	373.969
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		302.368	651.155	537.375
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	28	803.560	326.816	807.680
Despesas financeiras	28	(871.291)	(734.122)	(754.594)
Variação cambial, líquida	29	68.300	30.097	74.946
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		404.927	264.848	427.789
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(60.287)	-	(60.287)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(9.236)	92.968	74.287
Lucro do exercício		335.404	355.816	354.433
Lucro atribuído a:				
Acionistas controladores		305.034	353.816	335.924
Acionistas não controladores		-	-	690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Em milhares de reais - R\$)

	2018	2017	2016
Lucro do exercício	335.404	353.816	354.433
Outros resultados abrangentes			
Resultado abrangente total do exercício	335.404	353.816	354.433

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Capital social	Reserva legal	Reserva de subordinação	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Lucro líquido do período	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2017		2.395.893	-	-	-	-	-	2.395.893
Integração de capital social	21	1.138.693	-	-	-	-	-	1.138.693
Contribuição de reserva legal	21	-	17.991	(17.991)	-	-	-	-
Contribuição de reserva para investimento	21	-	230.136	(230.136)	-	-	-	-
Contribuição de reserva de lucros	21	-	-	99.214	-	-	-	99.214
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	21	-	-	(16.806)	-	-	-	(16.806)
Anulo sobre capital próprio distribuído em 2017 pela controlada	18	-	-	-	-	(16.806)	-	(16.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		2.395.893	217.991	81.309	99.214	(1.348.518)	353.816	353.816
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	355.816	355.816
Contribuição de reserva legal	21	-	279.266	(279.266)	-	-	-	-
Atribuição de prejuízo fiscal	21	-	-	-	89.214	-	-	89.214
Abatimento de reserva legal para prejuízo fiscal	21	-	(51.209)	-	-	-	-	(51.209)
Juros sobre capital próprio	14	-	-	-	(17.393)	-	-	(17.393)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela controlada	14	-	-	-	-	(17.393)	-	(17.393)
Juros sobre capital próprio distribuídos em 2018 pela controlada	14	-	-	-	-	(17.393)	-	(17.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		2.395.893	497.257	81.309	99.214	(1.348.518)	355.816	355.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua na página 2

# RENAULT DO BRASIL S.A. e CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	2018	2017	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>					
Lucro do exercício		514.584	353.816	515.574	354.433
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	15 e 16	460.124	402.985	466.690	406.931
Reversão de ajuste a valor presente		3.325	8.295	3.325	8.295
Reversão para perdas de créditos esperados	10	10.517	714	11.218	42
Reversão para perdas por perdas nos estoques	11	(12.015)	6.732	(13.280)	7.383
Equivalência patrimonial	14	(47.167)	(32.582)		
Provisão para riscos	23	(71.502)	(28.979)	(72.311)	(23.909)
Provisão para garantia		62.448	64.355	62.447	64.355
Provisões diversas		(31.953)	-	(31.953)	-
Avaliação monetária dos depósitos judiciais		(100.301)	-	(100.301)	-
Resultado na alienação de ativo imobilizado	24	(44.745)	(31.552)	(44.745)	(33.277)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	80.287	(59.959)	84.024	(74.287)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	9.225	(89.330)	7.821	(88.543)
Alíquotas e restrição cambial não realizada		142.552	(89.330)	138.441	(91.222)
		554.021	554.021	1.007.148	860.654
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>					
Clientes		348.518	(133.952)	382.058	(126.829)
Empreiteiros	11	36.597	(81.332)	41.315	(90.609)
Impostos a recuperar	12	56.332	(103.906)	(106.880)	38.543
				(112.908)	
Depósitos judiciais	23	(58.922)	(1.968)	(58.341)	(1.976)
Despesas antecipadas		43.500	(9.201)	43.500	(9.201)
Outros ativos		(55.194)	4.002	(55.466)	19.896
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>					
Fornecedores		38.557	217.516	(35.607)	236.795
Outros passivos		30.656	(190.766)	33.405	(212.178)
Impostos pagos sobre o lucro		2.333	-	20.022	-
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		1.415.606	226.126	1.459.595	309.742
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisição de imobilizado e intangível	15 e 16	(599.607)	(763.019)	(639.950)	(763.344)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		26.305	-	-	-
Recebimento na liquidação de ativo		196.412	-	196.412	-
Aumento na integralização de capital social	21	-	1.138.683	-	1.136.082
Aplicações financeiras		-	85.711	-	41.834
Recebimento pela alienação de bens do ativo imobilizado		186.593	153.838	186.593	153.837
Caixa líquido (aplicado na) gerado das atividades de investimentos		(221.697)	556.213	(249.457)	571.009
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Divulgação de empréstimos		1.885.278	3.672.501	1.885.278	3.676.439
Pagamento de juros sobre empréstimos		(2.592.546)	(4.112.343)	(2.593.696)	(4.116.390)
Pagamento de juros sobre empréstimos		(111.021)	(335.617)	(111.021)	(335.617)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento		(818.289)	(775.459)	(819.439)	(777.563)
<b>Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		375.620	167.789	389.117	196.213
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	9	1.791.627	1.623.817	1.817.315	1.717.192
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	9	2.167.247	1.791.606	2.206.432	1.913.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

### 1 Contexto operacional

A Renault do Brasil S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Renault, 1300 no bairro Borda do Campo em São José dos Pinhais, Paraná, é uma companhia anônima de capital fechado e parte integrante do Grupo Renault, com sede em Paris - França. A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, produção, importação, exportação e comercialização de veículos automotivos de passeio e comerciais leves, bem como de motores, componentes e peças de reposição.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda, que tem por objeto social a comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos de marca Renault.

Integralização de capital em 2017

Em 28 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento de capital da sociedade no valor de R\$ 1.143.027 mediante emissão de 384.893.006.534 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, adquiridas em sua totalidade pelo acionista Renault SAS.

### Endividamento

A administração da Companhia mantém o plano de investimento elaborado para 2018, que contempla aquisição de máquinas e equipamentos e modernização de capacidade, para lançamento de novos veículos, entre outros. Em 2017 a Companhia realizou a estrutura de capital, consequentemente a estrutura de balanço, com o aporte de capital feito pela matriz e um empréstimo intercompany que também ajudou na liquidação da dívida de curto prazo. Em 2018, a Companhia obteve resultados positivos com a redução do endividamento líquido e geração de caixa e a obtenção de linhas de crédito com taxas de juros mais atraentes. Em 2018, a Companhia tem como perspectivas, a geração de caixa operacional e redução do seu nível de endividamento junto aos bancos comerciais.

As decisões de investimento, assim como o planejamento estratégico da Companhia e sua continuidade, foram discutidas e aprovadas por sua diretoria.

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas. Todas as transações são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as empresas relacionadas, considerando-se a estrutura operacional e de capital do Grupo Renault.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (denominadas "Grupo") foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Dados sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e dentro delas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas para a administração na sua gestão.

3 Modelo funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas de forma, que o modelo funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e pressupostos são revisados de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores contábeis nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa 7 - reconhecimento de receita: se a receita de venda de produtos e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;

b. Incertezas sobre pressupostos e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a pressupostos e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa 7 - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;

• Nota explicativa 7 - reconhecimento de provisão para garantia: principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude de saldos de recursos;

• Nota explicativa 10 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais pressupostos na determinação da taxa média ponderada de perda;

• Nota explicativa 15 - teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais pressupostos em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

• Nota explicativa 22 - reconhecimento de ativos financeiros: disponibilidade de caixa futuro líquido controlado qual diferenças teóricas dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

• Nota explicativa 23 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

(f) Mensuração de valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo, isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3, com o apoio de uma equipe de avaliação de nível 1.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou valores de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Quaisquer significativas da avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo.

No momento de valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrem as mudanças.

Informações adicionais sobre as avaliações utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa 20 - instrumentos financeiros, conforme descrito na nota explicativa 7, e a Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não são baseadas em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 20 fornece informações detalhadas sobre as principais pressupostos utilizados na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas pressupostos.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 47 e o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não tiveram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber.

CPC 48 Instrumentos financeiros

CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de derivativos financeiros. Essa norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48, o Grupo adotou as alterações consequentes ao CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a entidade avalie a recuperabilidade dos ativos financeiros sob a perspectiva da demonstração de resultados. Assim, conforme a administração do Grupo era incluída a redução ao valor recuperável de contas a receber em outras despesas. As perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros são apresentadas na rubrica de "despesas financeiras", similar à apresentação no CPC 38, e não apresentadas separadamente na demonstração de resultados devido a considerações sobre materialidade.

Classificação e mensuração

CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de fluxos mantidos até o vencimento, empostados e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em um contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma, mas não são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 mantém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

Constituinte o custo-benefício e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores, a Companhia não apresentou informações comparativas decorrentes das alterações na mensuração de instrumentos financeiros em função das perdas de créditos esperados. Conforme demonstrado anteriormente, as diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 foram reconhecidas nos lucros e prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2018.

6 Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de fluxos mantidos até o vencimento, empostados e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em um contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma, mas não são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

(f) Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 mantém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

(f) Divulgações

O CPC 48 exige novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(iv) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

a. Companhia irá aplicar a regra de que não permitiu a retrocessão de informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. Dessa forma, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requisitos do CPC 48, mas sim do CPC 38.

b. As seguintes alterações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:

• Determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido;

• A designação e reversão de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR;

• A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não marcados para negociação como VJORA.

CPC 47 Receita de contratos com clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Ganhos de Construção e interações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento de transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipos de serviço	Natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento de receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)	Reconhecimento de receita conforme o CPC 30 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)
Veículos	Os clientes obtêm controle do veículo no momento em que são entregues e aceitos em suas instalações, ou quando são aceitos e estão disponíveis para retirada no meio da Companhia. Nenhum desconto é concedido posteriormente à venda, tampouco existem programas de fidelidade na empresa.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitam ao cliente devolver os produtos, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa na venda da receita acumulada não ocorrerá. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.	A receita era reconhecida quando as mercadorias eram entregues nas instalações do cliente, o que era considerado como o momento em que o cliente aceitava o produto e os riscos e benefícios relacionados ao bem transferidos, confirmando uma estrutura razoável das devoluções pudesse ser feita. Se não fosse possível efetuar uma estimativa razoável, o reconhecimento da receita era diferido até que o período de devolução tivesse decorrido ou uma estimativa razoável das devoluções pudesse ser feita.

O Grupo adota o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes prévios), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30 e o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

Continuar na página 3



## RENAULT DO BRASIL S.A. e CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RENAULT

Continuação de página 3

## 6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

## 7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. (Veja também nota explicativa 5).

Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado foram atualizados, reclassificados, como resultado de uma mudança na política contábil. (Veja nota explicativa 5).

## a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pela controladora.

Na consolidação das demonstrações financeiras, foi eliminada a participação da controladora no patrimônio líquido da controlada, bem como saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas entre as empresas. A participação dos acionistas não controladores é apresentada de forma detalhada nas demonstrações financeiras consolidadas. Os lucros não realizados, referentes às vendas de peças de reposição e acessórios da controladora para a sua controlada, não foram considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas devido à irrelevância do valor envolvido.

## (i) Controlada

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem influência sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e parte da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixou de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controlada as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

## (ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo assegura mensurar qualquer participação de não-controladores na aquisição pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Investimentos em entidades controladas pelo método de equivalência patrimonial

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto cessa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, o investimento em controlada é contabilizado com o uso desse método.

## (iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações inter-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas devidas de transações inter-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por resgate ao valor recuperável.

## b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio no dia das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes do conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

## c. Receita operacional

O Grupo adota inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a contratos com clientes são fornecidas abaixo. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 está detalhado na nota explicativa 5.

## d. Benefícios de curto prazo e empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo e empregados são reconhecidas como despesas de pessoal corrente e serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante de pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou contratual de pagar esse montante em função do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## e. Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental incondicional é reconhecida no resultado como "Outras Receitas" quando a subvenção se torna recebível. Outras subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas oriundas de seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo não tem obrigação de restituição associada com a subvenção e o Grupo reconhece no resultado como "Outras Receitas e Despesas operacionais (líquidas)", em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como "Outras receitas e despesas operacionais (líquidas)" em uma base sistemática durante o período em que as despesas correlatas são registradas.

## f. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receitas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas da venda justo em contrapartida contingente classificada como passivo financeiro;
- Perdas por redução do valor recuperável em ativos financeiros (que não venham a receber);
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido.

O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

## g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 por pessoa física de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a correção de projetos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

## (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto corrente e o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício e qualquer ajuste não mencionado a pagar ou a receber em períodos anteriores.

O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pelo melhor estimado do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compreendidos somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os valores para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como

despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão em que o Grupo seja capaz de controlar a reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro próximo; e

- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias disponíveis não utilizados, no entanto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseadas nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compreendidos somente na extensão em que os critérios forem atendidos.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Item de imobilizado só é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, dedução de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item de imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como bens separados (componentes principais) de imobilizado.

Qualquer ganho ou perda no abate de um item de imobilizado só é reconhecido no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Subseqüentes custos de capitalização apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os custos serão auferidos pelo Grupo.

## (iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de item de ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, e não ser seja razoavelmente certo que o Grupo obtiverá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Termino não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## 1. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na renovação só se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contrapartidas requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento das partes referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se o Grupo controla, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de termo controlado, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo, subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental do Grupo.

## (ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Um reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outras arrendações são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

## (iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os lucros recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos do arrendamento efetivados são arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em uma período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

## k. Ativos Intangíveis

## (i) Reconhecimento e mensuração

Receitas e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto do processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

## Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis limitadas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

## (ii) Ganhos subsequentes

Os ganhos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorridos no ativo específico aos quais são relacionados. Todos os outros ganhos, incluindo ganhos com ativos gerados internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

## (iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ativo não é amortizado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## l. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O custo a receber de clientes e os custos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de instrumento de dívida) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação.

## (ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao VJORA, mensurado ao custo amortizado ao VJR, ou mensurado ao custo amortizado ao VJR.

Os ativos financeiros não são classificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pelo venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenderia os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente o desenvolvimento contábil que ele poderia gerar.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócios: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por um longo período de tempo e a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a avaliação da Administração tem como foco a obtenção de receitas ou a preservação do volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Partes dos fluxos de caixa, o "principal" é definido como o valor pago do ativo financeiro ao reconhecimento inicial. De "juros" são definidos como uma contrapartida pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, custos de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de juros.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia resultar em um aumento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos de principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional recebível pela execução antecipada do contrato. Além disso, considere se o ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional recebível pela rescisão antecipada de contratos) acumulados (mas não pagos) são tratadas como constituintes com esse critério e o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita dos juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecida no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais e VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganhos no resultado, e o montante que o dividendo representa durante uma recuperação de parte do custo de investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

O Grupo classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- valores financeiros disponíveis para venda; e

- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:

- ativos financeiros mantidos para negociação;
- ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado;

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR

Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Ativos financeiros mantidos para venda

Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas no patrimônio líquido foram reclassificadas para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo

Continua na página 4

# RENAULT DO BRASIL S.A. & CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RENAULT

RENAULT

Continuação da página 3

capitais, ou quando o Grupo transferir os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos os substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo reconhecido não são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido e o antigo não.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil líquido e a contrapartida paga (incluindo ativos transferidos que não foram incluídos em caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou netar uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. Redução no valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

- investimentos de dívida mensurados ao VJORA;

- ativos de controle;

- O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

- As provisões para perdas com zonas e recebidos de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

- Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações recentes e passadas de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

- O Grupo considera um ativo financeiro como inadmissível quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

- O Grupo considera que um ativo de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à classificação globalmente aceita do "grau de investimento".

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- O período máximo considerado na estimativa de perdas de crédito esperada é o período contratual máximo dentro do qual o Grupo não expõe ao risco de crédito.

- Mensuração das perdas de crédito esperada

- As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

- As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todos os subsídios de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa esperados do Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

- As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

- Ativos financeiros com problemas de recuperação

- Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

- restituição de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam esperadas em condições normais;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- o desaparecimento do mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

- Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

- A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e de dívida do valor contábil bruto dos ativos.

- Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em OPA.

- Baliza

- O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixo valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma análise individual sobre a época e o valor do ativo com base na experiência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa de valor bruto. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos compromissos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

- Política aplicável antes de 1º de Janeiro de 2018

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros no valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva da perda por redução no valor recuperável.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;

- restituição de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam esperadas em condições normais;

- indicação de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

- mudanças negativas na situação de pagamento dos devedores ou emissores;

- o desaparecimento do mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou

- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

- Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

- O Grupo considerava evidência da perda de valor de ativos individuais mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução no valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudessem ter ocorrido, mas não há perda de valor de crédito. Aqueles que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

- Ao avaliar a perda por redução no valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utilizava tendências históricas do prazo da recuperação e dos valores de perdas incorridas, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

- Uma perda por redução no valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considerou que não havia expectativa razoável de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução no valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse

reconhecida objetivamente em um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução no valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

(f) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fixos diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para todos os títulos de dívida no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que não em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos com base nas avaliações atuais de mercado do valor do ativo no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo dentro de uma UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma proporcional.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos nos resultados como despesas financeiras.

Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de condições passadas e suas respectivas probabilidades. As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou potenciais) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e a provisão seja provável.

A Companhia oferece garantia de 1 a 3 anos para cobertura de problemas de fabricação. Os valores são provisionados com base em estimativas, levando em conta parâmetros, dados históricos dos gastos incorridos, de acordo com as análises realizadas pelo departamento de garantia, as quais são revisadas anualmente.

Provisão para contingências

Ações ordinárias

Provisões para contingências

Referem-se, principalmente, a provisões com contábeis e bens concedidos para a comercialização de veículos de acordo com análises efetuadas pelo departamento comercial, as quais são revisadas anualmente.

Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações não reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações são contabilizados conforme o CPC 32 (IAS 12).

Ações preferenciais

As ações preferenciais não negociáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuição no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão relevantes para as entidades iniciadas após 1º de Janeiro de 2018. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) não tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial.

CPC 06 (R2) Arrendamentos

O Grupo deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de Janeiro de 2018. A companhia ainda não conduziu a mensuração dos efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações contábeis a partir de 1º de Janeiro de 2018.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de reconhecimento de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendamentos. Um arrendamento reconhece um ativo de direito de uso que representa o uso do direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Testes entre os dois critérios para arrendamentos de curto prazo e bens de baixo valor. A contabilidade do arrendamento permanece essencialmente a mesma, isto é, os arrendamentos continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(f) Arrendamentos em que o Grupo é o arrendatário

O Grupo reconhece ativos e passivos para os arrendamentos operacionais das instalações do armazém e da fábrica. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos mudou porque o Grupo reconheceu um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo reconhece a despesa de juros do arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhece ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. Além disso, o Grupo não mais reconhece provisões para arrendamentos potenciais que ele avalia como onerosos. O Grupo incluiu nas obrigações de arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

O Grupo espera que a adoção do CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de desavogação em empréstimos.

Transição

O Grupo pretende aplicar o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de Janeiro de 2018, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de Janeiro de 2018, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo planeja aplicar o esboço prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de Janeiro de 2018 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e o ICP 03. Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- IFRS 23 CPC 22: Incertezas sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;

- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);

- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2) / IAS 28);

- Alterações no Plano, Redução ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 38 / IAS 19);

- Custo de melhoria, anulação das normas IFRS 2015-2017 - várias normas;

- Alterações nos efeitos de liquidação concursal nas normas IFRS;

- IFRS 17 Contratos de Seguro;

- 5 Calam e equivalentes de caixa

Caixa e bancos

Aplicação financeira

As aplicações financeiras são representadas, a partir de 1º de Janeiro de 2018, em função de envolvimento (ICDB, Compromissos e Debitivos) com liquidez direta e por Letras de Crédito, todos reconhecidos em CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com rentabilidade entre 36% e 102%.

10 Clientes

Controladora Consolidada

2018 2017 2018 2017

Clientes nacionais

Títulos

Partes relacionadas (nota explicativa 19)

Clientes estrangeiros

Títulos

Partes relacionadas (nota explicativa 19)

Provisão para perdas de créditos esperadas

Contas a receber, líquido

Abaixo demonstramos a movimentação de provisão para perdas de créditos esperadas:

Controladora Consolidada

2018 2017 2018 2017

Saldo no início do exercício

Adições

Saldo no final do exercício

O período médio de recebimento na venda de produtos (Ciclo de caixa em 2017) foi de 31 dias em 2017.

As contas a receber de partes relacionadas (incluindo a estrangeira) incluídas nos valores acima totalizam R\$ 475.011 em 2018 (R\$ 578.811 em 2017) e estão apresentadas na nota explicativa 13.

O quadro a seguir demonstra as contas a receber por vencimento:

Controladora Consolidada

2018 2017 2018 2017

Créditos a vencer

Créditos em atraso até 30 dias

Créditos em atraso de 31 a 90 dias

Créditos em atraso de 91 a 120 dias

Créditos em atraso de mais de 120 dias

Em 2017 a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base em análises de vendas há mais de 180 dias, em conjunto com a análise histórica de perda por cliente, e a análise de dados de crédito e recebimento de partes relacionadas. Em 2018, a Companhia passou a adotar o CPC 06, o qual passou a seguir a política abaixo.

Provisão para perdas de créditos esperadas (Política a partir de 1º de Janeiro de 2018)

A redução das contas a receber passa a abranger duas áreas:

- a imparidade com base nas perdas incorridas (realizadas); reconhecimento das perdas realizadas em vendas de produtos, compromissos ou incorridos, identificadas individualmente;

- a imparidade das perdas esperadas em recebíveis não realizados (novos), sem incidências de pagamento até a data.

No período, o Grupo aplicou essas novas provisões através do reconhecimento de uma perda adicional por redução no valor recuperável em recebíveis passíveis não pertencentes ao Grupo. As perdas esperadas incluem o risco de atrasos de pagamento (valores não recuperados nos termos contratuais de pagamento), bem como o risco de inadimplência do cliente. Como resultado, o risco de inadimplência resultante de uma disputa com o cliente (contendo da latência por razões técnicas ou comerciais) não deve ser levado em consideração no cálculo das perdas esperadas, mas deve ser analisado separadamente. Para cumprir os requisitos da norma, o Grupo decidiu estabelecer um cálculo global da imparidade das contas a receber para efeitos das contas consolidadas.

A taxa aplicada de perda esperada em 31/12/2018 foi de 0,82%, e o impacto foi de R\$ 701.

11 Estoques

Controladora Consolidada

2018 2017 2018 2017

Veículos

Motoristas

Componentes para fabricação

Pagamento de reposição

Material de consumo e reposição

(-) Provisão para perdas nos estoques

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perdas nos estoques:

Controladora Consolidada

2018 2017 2018 2017

Saldo no início do exercício

Adições

Baixas

Saldo no final do exercício

A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando o melhor julgamento da Administração. Caso o potencial perda não seja e mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

12 Impostos a recuperar

Controladora Consolidada

2018 2017 2018 2017

Circulante

Imposto de renda e contribuição social

Impostos a recuperar

Imposto a recuperar

Outros impostos

Os valores de impostos a recuperar estão sendo reconhecidos no curso normal dos negócios.

13 Outros ativos circulantes

Controladora Consolidada

2018 2017 2018 2017

Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a colaboradores

Dividendos a receber (nota explicativa 19)

Outros

14 Investimentos

Controladora Consolidada

2018 2017 2018 2017

Resulto do Brasil Com. e Participações Ltda.

Outros investimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possui 98,22% de participação no capital social de Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ("RBCP"), empresa que se dedica à comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos.

Em 2018 a controladora RBCP distribuiu pro rata sobre capital próprio o dividendo no montante de R\$ 26.843 (R\$ 21.778 em 2017) dos quais R\$ 478 (R\$ 328 em 2017) foram distribuídos aos acionistas da controladora, conforme determinado em reunião dos acionistas realizada em 25 de Maio de 2018. Da mesma forma foi constituída provisão de JSCP sobre o resultado no valor de R\$ 1.557 para Renault do Brasil S.A. e R\$ 35 para Renault S.A.S.

Continuação da página 5





# RENAULT DO BRASIL S.A. e CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73



Continuação da página 4

Abaixo segue informações sobre o investimento na RBOP:

	2018	2017
Total do ativo	461.922	432.151
Total do passivo	383.186	384.606
Resultado líquido total	536.909	483.121
Participação líquida da controlada em 31 de dezembro	68.724	47.546
Participação no capital social	98.226	98.226
Saldo do investimento	67.581	46.899
Lucro líquido do exercício da controlada	50.014	34.833
Receita de equivalência patrimonial reconhecida no exercício	47.157	32.382
Lucro dos acionistas não controladores	890	618
15 Imobilizado		

		Controladora		Consolidado	
	Taxa % de depreciação	2018	2017	2018	2017
		Custo	Deprec. acumulada	Valor líquido	
Edificações	3,33%	570.810	(208.948)	361.862	461.024
Instalações	4% a 50%	1.262.535	(707.580)	514.972	517.146
Máquinas e equipamentos	3,33% a 50%	2.336.103	(1.201.949)	1.134.159	1.088.351
Móveis e utensílios	14% a 20%	2.083.421	(1.507.769)	575.650	686.708
Equipamentos de informática	25%	82.699	(62.406)	20.293	22.581
Veículos	25%	123.686	(20.248)	103.438	121.016
Móveis e utensílios	12% a 17%	31.623	(21.492)	10.131	10.241
Depreciação em imóveis de locação	(4)	11.473	(9.376)	2.097	3.373
Sistemas de comunicação	(5)	3.790	(3.608)	182	256
Equipamentos e instalações publicitárias	10%	35.428	(27.294)	8.134	8.475
Adiantamento a fornecedores	-	194.094	-	194.094	194.094
Outros	-	46	-	46	46
		6.794.210	(3.838.634)	2.955.576	3.044.967

(A) Amortizadas as taxas que refletem os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	2.782.425	2.405.638	2.951.042	2.586.765
Aquisições	700.235	902.517	700.618	902.470
Reformas	(151.788)	(120.555)	(151.788)	(120.555)
Depreciação	(450.296)	(390.371)	(456.905)	(397.033)
Saldo no final do exercício	2.880.576	2.797.229	3.044.967	2.972.642
A Companhia efetuou análise sobre a recuperabilidade de seu ativo imobilizado de acordo com o CPC 01, não identificando indicadores de existência de ativos não recuperáveis, e, desta forma, nenhum ajuste para redução do valor recuperável do ativo imobilizado foi constituído.				
16 Intangível				
	Controladora		Consolidado	
	Taxas % anuais	2018	2017	2018
		Deprec. acumulada	Valor líquido	
	de depreciação	Custo		2017
Software	33%	80.996	(78.553)	2.443
Propriedade intelectual	20% a 50%	45.867	(39.809)	11.773
		126.863	(118.362)	14.414

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo intangível:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	24.025	32.676	24.272	33.376
Aquisições	217	2.788	217	2.788
Amortização	(9.929)	(11.730)	(9.929)	(11.995)
Saldo no final do exercício	14.313	23.734	14.560	24.169

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Nacionais				
Tercos	625.552	678.256	684.211	957.084
Partes relacionadas (nota 15)	38.382	30.506	38.295	27.443
Exterior				
Tercos	33.571	11.896	33.474	11.991
Partes relacionadas (nota 16)	670.323	627.052	670.327	627.052
	1.588.033	1.547.660	1.626.307	1.626.569

18 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

As modalidades dos empréstimos e suas principais condições são:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento	Base
Intercompany (nota 15)	7,50% a 8,00%	Pré-Fixado	21/05/2019	765.246
ACC	2,82% a 3,30%	Dólar norte-americano	18/02/2019	227.945
PPE	4,03%	Dólar norte-americano	11/05/2020	287.258
NCE	5,20% a 11,0%	Pré-Fixado	22/05/2020	33.482
FINAMP	2,41% a 2,76%	Dólar norte-americano	24/07/2019	387.154
CAPITAL DE GIRO (4151)	2,70% a 3,25%	Dólar norte-americano	21/08/2019	102.585
BNDES Exim	4,38% a 10,10%	T.J.P. sobre pré-fixado	15/05/2019	54.694
BNDES Fianex BRL	2,5% a 5,42%	T.J.P. sobre pré-fixado	15/05/2020	40.929
BNDES Engenharia Automotiva	4% a 7%	T.J.P. sobre pré-fixado	15/05/2020	43.947
BNDES Fianex USD	6,8%	Dólar norte-americano	15/07/2018	6.139
				1.968.616

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento	Base
Intercompany	7,50% a 8,00%	Pré-Fixado	21/05/2019	765.246
ACC	2,82% a 3,30%	Dólar norte-americano	18/02/2019	227.945
PPE	4,03%	Dólar norte-americano	11/05/2020	287.258
NCE	5,20% a 11,0%	Pré-Fixado	22/05/2020	33.482
FINAMP	2,41% a 2,76%	Dólar norte-americano	24/07/2019	387.154
CAPITAL DE GIRO (4151)	2,70% a 3,25%	Dólar norte-americano	21/08/2019	102.585
BNDES Exim	4,38% a 10,10%	T.J.P. sobre pré-fixado	15/05/2019	54.694
BNDES Fianex BRL	2,5% a 5,42%	T.J.P. sobre pré-fixado	15/05/2020	40.929
BNDES Engenharia Automotiva	4% a 7%	T.J.P. sobre pré-fixado	15/05/2020	43.947
BNDES Fianex USD	6,8%	Dólar norte-americano	15/07/2018	6.139
				1.968.616

Os contratos com o BNDES possuem cláusulas resiliativas com relação aos volumes e prazos para exportação. Em caso de descumprimento dessas cláusulas, o BNDES poderá exercer o direito de antecipar o pagamento antecipado dos empréstimos. A Companhia acompanha mensalmente o atendimento às cláusulas resiliativas e em 31 de dezembro de 2018 estava em conformidade com as referidas condições contratuais. Esses contratos estão garantidos por cartas de fiança emitidas por bancos classificados como de primeira linha.

As operações de empréstimo e financiamento em moedas estrangeiras listadas acima estão protegidas da variação cambial por instrumentos financeiros conforme nota explicativa 30. O cronograma para pagamentos dos empréstimos de longo prazo é conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2020	291.433	291.433	291.433	291.433
2024	130.286	130.287	130.287	130.287
2046	421.741	595.659	421.741	595.659

Emissão de debêntures

Em 11 de março de 2018 a Renault do Brasil efetuou a 1ª emissão de Debêntures simples, quinquenárias, não conversíveis em ações, em série única no montante total de R\$ 400.000 (quatrocentos mil reais), emitidas em 40.000 (quarenta mil) debêntures com valor nominal de R\$ 10 (dez mil reais) para distribuição pública, com edos e prazos de distribuição. O valor nominal unitário das Debêntures será emitido em 15 (quinze) parcelas trimestrais e consecutivas a partir do 3º (terceiro) mês contado da data de emissão, portanto nos meses de Março, Junho e Setembro. O último vencimento será em 18 de março de 2020 e remuneração será a variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósito Interbancário de um dia, base, 252 dias úteis - 113,5%. O registro das debêntures na CVM ocorreu em 7 de março de 2018.

De acordo com o CPC 08 - Custos de Transações e Prêstios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados no limite líquido dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento	Base
DEBÊNTURES	7,05%	Pré-Fixado	18/03/2020	400.000
				100.280
				25.000
				100.541
				125.000

O cronograma para pagamentos das debêntures de longo prazo é conforme abaixo:

19 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	Renault SAS	Renault SAS	Renault SAS	Renault SAS
	SAS - França	SAS - França	SAS - França	SAS - França
	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina
	Empresas	Empresas	Empresas	Empresas
	2018	2017	2018	2017

Ativo

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras (A)				
Clerks	357.491	357.491	357.491	357.491
Juros sobre capital próprio	357.491	357.491	357.491	357.491
Dividendos a receber	112.859	112.859	112.859	112.859
Total ativo	357.491	357.491	357.491	357.491
Passivo				
Royalties a pagar	56.433	56.433	56.433	56.433
Emprestimos a pagar	795.242	795.242	795.242	795.242
Juros sobre capital próprio	16.794	16.794	16.794	16.794
Dividendos a pagar	16.794	16.794	16.794	16.794
Outros	139	139	139	139
Subtotal	885.498	885.498	885.498	885.498
Fornecedores	558.156	558.156	558.156	558.156
Total passivo	1.433.697	1.433.697	1.433.697	1.433.697
Transações				
Compras	2.651.888	2.651.888	2.651.888	2.651.888
Royalties	283.645	283.645	283.645	283.645
Despesas Financeiras	7.848	7.848	7.848	7.848
Total de despesas	2.943.381	2.943.381	2.943.381	2.943.381
Vendas e outros receitas	1.538.961	1.538.961	1.538.961	1.538.961
Receitas Financeiras	18.509	18.509	18.509	18.509
Total de receitas	1.557.470	1.557.470	1.557.470	1.557.470

(A) As aplicações financeiras com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Empresas		
Renault Finance	19.847	14.197
RCH Banque Brasil	355.544	355.544
	375.391	369.741

As principais empresas ligadas com as quais a Companhia mantém relações comerciais são: Renault Argentina, Renault SAS (França), SOFASA (Colômbia), Comedica (Chile), Nissan do Brasil.

Compras de peças de reposição

As peças de reposição importantes para a Companhia junto às empresas relacionadas, Renault S.A. - França e Renault Argentina S.A. são, na sua totalidade, vendidas à controladora Renault do Brasil Compras e Financiamentos Ltda.

Remuneração do pessoal-chefe da Administração

Em 31 de dezembro de 2018 a remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração foi de R\$ 8.550.451,91 em 31 de dezembro de 2017, a remuneração total é composta por salário, bônus performance e benefícios, considerando as práticas de mercado.

20 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
ICMS	63.610	11.589	63.610	11.589
ICMS (a)	71.291	84.632	71.291	84.632
Impostos sobre importação	30.444	23.464	30.444	23.464
PIS/COFINS	20.544	1.740	20.544	1.740
IRRF e CIDE sobre royalties	16.598	21.036	16.598	21.036
Imposto de renda e contribuição social	60.266	81.158	60.266	81.158
ISS	8.455	5.211	8.455	5.211
IRRF sobre JSCP	17.383	17.383	17.383	17.383
IRRF	2.929	7.423	2.929	7.423
	295.917	156.660	295.917	156.660

Não circulante

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS a receber (a)	38.088	46.516	38.088	46.516
Participação PERT (a)	115.994	127.584	115.994	127.584
Ajuste a valor presente	(7.990)	(10.415)	(7.990)	(10.415)
	145.092	163.685	145.092	163.685
	419.319	419.319	419.319	419.319

a. ICMS a receber

A parcela relativa ao não circulante refere-se, substancialmente, ao benefício de redução do prazo para o pagamento do ICMS a receber. Esse benefício foi concedido pelo Governo do Estado do Paraná a partir de 1997 e estendeu-se até abril de 2006, de acordo com os diversos programas vigentes à época. Este imposto começou a ser pago em 2011 e possui vencimento final em junho de 2022.

Em 2018 foi pago R\$ 9.300 referente às parcelas de Junho a Dezembro de 2004. Em 2017 foi pago o montante de R\$ 149.496, relativo às parcelas dos meses de Janeiro a Agosto de 2002, Dezembro de 2002 e Janeiro a Junho de 2003, Janeiro a Setembro de 2003 e Setembro de 2003 e Setembro de 2003.

O valor do ajuste a valor presente foi calculado com base em base de dados estimadas à época da transação. Em 2018, a restrição do ajuste a valor presente gerou uma despesa financeira de R\$ 3.225 (R\$ 8.236 em 2017), registrada diretamente no resultado do exercício.

b. Participação PERT - Regime Automotivo

Em 29 de setembro de 2017 a Companhia aderiu ao PERT (Programa especial de regularização tributária) instituído pela MP 783 e posteriormente convertida na Lei 13.496. O parcelamento foi devidamente deferido e consolidado pela Secretaria de Receita Federal. A Companhia vinha discutindo judicialmente esta obrigação fiscal, cujo processo, a partir da referida data foi editado em decorrência de adesão ao PERT, fazendo com que os valores, até onde contabilizados no período, fossem reclassificados para a conta de obrigações tributárias. O valor total do passivo em 31 de dezembro de 2018 e de R\$ 127.594, e está registrado R\$ 11.598 no grupo de outros impostos e taxas a receber no passivo circulante e R\$ 115.994 no não circulante.

Continua na página 6

## RENAULT DO BRASIL S.A. &amp; CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RENAULT

RENAULT

Continuação da página 5

registrado em obrigações fiscais no passivo não circulante e R\$ 11.599 no passivo circulante e R\$ 127.594 no passivo não circulante em 2017. Os efeitos da renegociação foram registrados na conta de outras receitas operacionais líquidas na demonstração do resultado.

## 21 Capital social

Em 26 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento de capital da sociedade, que passa de R\$ 1.255.210.599,47 para R\$ 2.396.298.842,47 (duas bilhões, trezentos e noventa e oito milhões, quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta e sete centavos), mediante a emissão de 304.693.999,594 (trezentos e quatro milhões, oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e nove mil, quatrocentos e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O valor bruto recebido foi de R\$ 1.143.026, a taxa de operação bancária ocorreu, dos quais foi descontado o valor de R\$ 4.243 referente a I.O.F., cujo lançamento também foi registrado no patrimônio líquido em conta reserva de capital.

O capital social emitido e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 2.393.893,444 representado por ações nominativas sem valor nominal emitidas pelas seguintes entidades:

Acionistas	QNT	PN	Total	%
Renault SAS	670.331.224.178	137.330.794.915	807.662.019.093	96,96%
Fundo de Desenvolvimento Econômico (FPE)	670.331.224.178	514.821.847	514.821.847	0,08%
		137.330.794.915	807.662.019.093	100%

## a. Dividendos a distribuir

Os dividendos tributáveis obrigatórios devidos aos acionistas ordinários são de 5% sobre o lucro líquido ajustado. Os acionistas preferenciais têm direito a dividendos 10% superiores aos distribuídos aos acionistas ordinários.

Em 2018 a Companhia não efetuou distribuição de dividendos em hipótese de utilização do lucro do exercício para abateção dos prejuízos acumulados.

## b. Reserva para subvenção de investimentos

Em setembro de 2011 a Companhia firmou um protocolo de intenções com o Governo do Estado do Paraná o qual foi renegociado em 2015. Este protocolo estabelece condições para e obrigações mútuas para o desenvolvimento de novos projetos na unidade industrial da Companhia instalada no Paraná.

O referido protocolo prevê o cumprimento de metas que vem sendo respeitadas e atualizadas em função das alterações das condições macroeconômicas decorrentes da crise econômica. O Protocolo de Intenções autoriza que as partes adotem essas adequações em comum acordo. Em Novembro de 2018 a Companhia e o Governo do Estado do Paraná firmaram o Sexto Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções. Este aditivo teve o objetivo de consolidar as obrigações, contingências e benefícios do Protocolo de Intenções 2011 e a sua duração, além de criar novas contingências e obrigações mútuas para o desenvolvimento do projeto de valores efetivos da Renault em território paranaense. As principais alterações foram a prorrogação do prazo das obrigações mútuas e benefícios, inclusive para valores aderentes até 2027 e a confirmação das obrigações limitadas a realizadas entre as partes.

Foram constituídos reserwa para subvenção de investimentos no patrimônio líquido em 2018 no valor de R\$ 276.286 em função da supuação de lucro no exercício (R\$ 220.105 em 2017).

## a. Reserva legal

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 50% do capital social. Em 2018, a Reserva legal foi revertida para abateção do prejuízo acumulado.

## 22 Imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora	2018	2017	Controlado	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social	404.527	294.545	427.789	303.287		
Hijiquota corrigida do imposto de renda e de contribuição social	34%	24%	34%	24%		
	(137.533)	(69.649)	(145.442)	(103.322)		

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação

Adoptado e excluído permanente, líquida	16.036	11.010		
Imposto de renda e contribuição social	112.697	68.449	115.302	71.440
Outros	(59.675)	17.390	(92.105)	(31.882)
	(93)		(59)	

Provisão para não realização do IRLU e CSLL, débitos relativos

	(182)	86.357	(182)	6.357
Imposto de renda e contribuição social correntes	(60.267)	68.968	(7.821)	54.475
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.235)	69.958	(7.821)	74.287
	(69.492)	68.957	(91.645)	59.549

## b. Imposto de renda diferido

Detalhamento da composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora	2018	2017	Controlado	2018	2017
Provisão de dedução	462.516	393.151	462.515	381.910		
Reserva para não realização de imposto de renda e contribuição social	36.370	36.370	36.370	36.370		
Provisão de dedução	1.590.860	1.216.442	1.156.860	1.216.440		
Reserva para não realização de imposto de renda e contribuição social	441.612	448.881	441.612	448.881		
Imposto de renda diferido ativo	2.118.282	2.065.604	2.118.282	2.065.383		
Imposto de renda diferido ativo não registrado	(2.094.571)	(1.973.011)	(2.094.571)	(1.973.011)		
Partida do imposto de renda diferido registrado	84.367	92.613	104.351	112.322		

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui R\$ 4.787.436 de prejuízos fiscais e R\$ 4.906.785 de lucros de período negativo na contribuição social (R\$ 4.895.708 e R\$ 4.945.128 respectivamente, em 2017) que compensação com lucros tributáveis futuros. A Administração da Companhia, com base em estudos e projeções de resultados futuros aplicou por regular contabilidade a parcela dos impostos sobre a renda diferidos para qual há perspectiva de realização. A Companhia estima que o saldo do imposto de renda diferido ativo contabilizado será realizado substancialmente nos próximos cinco anos, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	2018	2017
2018	4.889		
2019	23.515		
2020	28.217		
2022	12.734		
2023	13.231		
	84.387		

## 23 Provisão para contingências

Com base na análise individual dos processos judiciais, a Administração da Companhia com base na avaliação efetuada por seus advogados, constituiu provisão para riscos conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	2018	2017	Controlado	2018	2017
Riscos tributários (a)	208.100	247.108	208.281	247.302		
Riscos trabalhistas (b)	51.896	78.028	53.000	78.028		
Riscos de crédito e consumidor (c)	42.893	41.798	42.897	41.798		
Provisão para contingências	130.889		130.889			
Total de riscos	433.584	366.934	433.584	366.934		
Depósitos judiciais que não requerem provisão (lucro não circulante)	(450.831)	(62.009)	(450.985)	(62.017)		
Depósitos judiciais que requerem provisão (prejuízo do passivo não circulante)		(240.820)		(240.807)		
Provisão para contingências, líquida - passivo	445.354	126.105	445.034	126.083		

As principais provisões podem ser resumidas conforme segue:

(a) Tributos - discussão a respeito de temas jurídicos sobre incidência ou não de tributos em operações realizadas pela Companhia. Os valores provisionados representam as discussões cuja probabilidade de perda foram avaliadas como "provável" durante o exercício.

(b) Trabalhistas - discussão sobre possibilidade ou não de verbas trabalhistas reclamadas por empregados próprios e, por consequência subsidiária, quanto a reclamações de empregados de terceiros.

(c) Cíveis, discussão sobre cabimento ou não de indenização em reclamações de contratos com concessionárias e fornecedores. Para concessionárias as ações se resumem em reclamações diversas relativas a danos materiais e materiais.

(d) Cíveis, discussão sobre cabimento ou não de indenização em reclamações de contratos com concessionárias e fornecedores. Para concessionárias as ações se resumem em reclamações diversas relativas a danos materiais e materiais.

Em outubro de 2018 a Companhia obteve julgamento favorável em 2ª instância pelo TRF 4º Região em sua ação sobre a exigibilidade da tributação do PIS e da COFINS sobre a parcela do ICMS contida na receita de vendas. Em decorrência dessa decisão o provável anteriormente constituído foi revertido.

Concomitantemente, foi constituída uma provisão para pagamento à ABRAR relativamente ao acordo assinado entre as partes sobre a possível renegociação da parcela dos reserwos impostos depositados judicialmente. Os efeitos dessa transação no montante da reversão do provável de não realização do depósito judicial e a constituição de provisão de ABRAR no resultado da Companhia podem ser resumidos como segue:

	Valor	Resultado
Reversão do provável para contingências	(205.608)	Outras receitas operacionais
Atualização montante do depósito judicial	(120.301)	Resultado financeiro

Constituição nova provisão - parcela sobre avaliação de depósitos judiciais (Abrar)

Desde outubro de 2018 a Companhia vem desenvolvendo uma análise pessoal relativa a parcela do PIS/COFINS sobre ICMS a ser repassada a ABRAR, quando do término em juízo de referência ação.

Processos com probabilidade de perda passível

As contingências de natureza cível, trabalhista e consumerista avaliadas com probabilidade de perda passível totalizaram R\$ 158.054 (R\$ 102.731 em 2017). As contingências trabalhistas com probabilidade de perda passível totalizaram R\$ 1.435.841 (R\$ 815.000 em 2017). O principal processo que compõe este último saldo corresponde a R\$ 1.255.271 relativo a discussão da legalidade da Instrução Normativa nº 243/02 quanto à aplicação do método PRL 20% e 60% de Preço de Transferência. O total de contingências passíveis perfaz R\$ 1.593.895.

Atualização de provisão para contingências

A movimentação da provisão para contingências durante o exercício, líquido dos respectivos depósitos judiciais que requerem provisão, pode ser resumida conforme segue:

	Controladora	2018	2017	Controlado	2018	2017
Saldos inicial	126.100	316.442	126.030	318.455		
Adições	428.465	23.602	427.743	35.355		
Reduções	(200.453)	(213.424)	(202.452)	(213.607)		
Saldo final	253.912	126.100	253.321	128.093		

## 24 Plano de previdência privada

O plano de previdência privada da Companhia é administrado pela Multipersonas Bradesco - Fundo Multipatrimonial de Previdência Privada (Fundo), entidade constituída sob a forma de Companhia Civil, sem fins lucrativos, com natureza administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito privado distinta de suas patrocinadoras.

O Fundo tem como objeto a administração e execução de projetos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, conforme estabelecido no Regulamento do plano de benefícios, na forma da legislação vigente e em atendimento a um plano de benefícios com contribuição definida.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos do Fundo provêm, portanto, de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

As contribuições ao plano pela Companhia e sua controlada em 2018 representaram cerca de 2,28% do fôto de pagamento (1,58% em 2017), totalizando R\$ 2.897 e R\$ 31, respectivamente (R\$ 2.723 e R\$ 40, respectivamente, em 2017).

## 25 Outros resultados

O plano de participação nos resultados adotado pela Companhia estabelece a seguinte forma de distribuição:

• Bônus Performance: é aplicado para superiores, gerentes e diretores e é calculado de acordo com o alcance de objetivos coletivos e individuais.

• Participação nos resultados (PPR): é aplicado aos demais colaboradores e é definido anualmente através de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do Paraná e é baseado em indicadores de qualidade, volume e market share.

O valor global provisionado para pagamento de bônus performance e PPR é conforme segue:

	Controladora	2018	2017	Controlado	2018	2017
Bônus Performance e PPR	137.192	171.106	192.482	173.300		

Os gastos com participação nos resultados foram contabilizados como despesas a custos com pessoal e são provisionados na rubrica de Obrigações sociais e previdenciárias.

## 26 Receita líquida de vendas

Receita bruta de vendas:

	Controladora	2018	2017	Controlado	2018	2017
Receita bruta de vendas:	12.594.573	9.908.240	13.307.870	10.298.772		
Descontos e abatimentos	3.271.852	3.708.301	3.374.444	3.781.500		
Descontos e abatimentos	313.255	232.978	313.255	232.978		
	16.569.571	12.965.629	17.625.576	14.281.261		

Impostos incidentes sobre vendas e extras deduzidos:

	Controladora	2018	2017	Controlado	2018	2017
Receita líquida de vendas	12.971.527	11.238.348	13.188.348	11.518.389		

## 27 Demonstração dos custos e despesas por natureza

	Controladora	2018	2017	Controlado	2018	2017
Materiais-primas e materiais de consumo utilizados	8.652.836	7.117.705	8.805.940	7.245.930		
Custos e despesas de distribuição e amortização	(400.126)	(401.643)	(400.650)	(408.464)		
Despesas com empregados	(1.096.189)	(828.577)	(1.106.739)	(839.159)		
Despesas com aluguel e estrutura	(55.074)	(46.871)	(54.236)	(46.082)		
Despesas com manutenção e prestação de serviço	(335.476)	256.177	(335.384)	(247.288)		
Despesas com transporte	(400.285)	(391.709)	(521.210)	(421.730)		
Despesas com energia	(74.026)	(360.381)	(747.619)	(678.786)		
Impostos, taxas e encargos	(16.848)	(12.179)	(17.045)	(12.178)		
Despesas com viagens	(37.845)	(40.389)	(39.249)	(42.102)		
Seguros e provisões	(184.224)	(184.224)	(233.325)	(184.224)		
Outros custos e despesas	(561.231)	(400.580)	(493.175)	(437.747)		
Custo de transformação de materiais	(5.384)	(13.400)	(5.384)	(13.400)		
Despesas com royalties	(283.845)	(312.130)	(283.845)	(312.130)		
Despesas com honorários profissionais	(12.129)	(15.616)	(12.130)	(15.615)		
Custos de despesas operacionais, líquidos (nota 29)	247.850	477.081	373.383	499.421		
Custo dos produtos vendidos	(12.129.236)	(10,665.828)	(12,648.979)	(10,663.897)		
Despesas com vendas e perda no valor recuperável	(893.071)	(1,140.222)	(696.976)	(1,158.827)		
Despesas gerais e administrativas	(890.843)	(812.130)	(842.953)	(870.801)		
Outras receitas operacionais, líquidas	347.839	477.081	373.383	499.421		

## 28 Outras receitas operacionais

	Controladora	2018	2017	Controlado	2018	2017
Subvenção para investimentos	279.286	220.105	293.348	234.395		
Inovar Auto		236.734		236.734		
Plano de reestruturação de Rede	30.390	299	30.390	299		
Plano de incentivo financeiro	44.745	33.552	44.745	33.552		
Resultado na venda de ativo imobilizado	137.011		137.011			
Reversão processo PIS/COFINS (a)	(163.425)		(163.425)			
Provisão para contingências	18.852	(13.651)	31.894	(6.525)		
Outros	347.850	273.383	373.383	499.421		
Total receitas operacionais	547.850	547.850	547.850	547.850		

(a) O valor registrado a referência é discussão sobre a exigibilidade da tributação do PIS e da COFINS sobre a parcela do ICMS contida na receita de vendas detalhada na nota explicativa 23, sendo o saldo líquido entre reversão da provisão de depósitos judiciais (R\$ 209.806) e a constituição nova provisão da Abrar (R\$ 256).

## 28 Resultado financeiro

	Controladora	2018	2017	Controlado	2018	2017
Receitas financeiras	69.074	101.916	73.199	105.327		
Resultado em operações de derivativos	554.300	177.993	554.300			
Atualização de depósitos judiciais (nota 23)	120.301		120.301			
Custos financeiros	(98.775)	(46.209)	(50.880)	(224.304)		
Total receitas financeiras	803.200	329.619	807.680	380.223		
Despesas financeiras	(16.284)	(8.280)	(3.326)	(8.286)		
Resultado do ajuste a valor presente	(115.128)	(143.629)	(115.128)	(143.629)		
Juros sobre empréstimos	(564.000)	(480.641)	(564.000)	(480.641)		
Resultado em operações de derivativos	(11.025)	(4.117)	(11.025)	(4.117)		
Despesas com juros de mora	(2.504)	(10.798)	(18.562)	(18.563)		
Atualização de provisão Abrar (NE 23)	(58.302)		(58.302)			
Juros sobre provisão para contingências	(16.284)		(16.284)			
Outras despesas financeiras	(124.779)	(86.646)	(108.661)	(107.935)		
Total despesas financeiras	(771.280)	(734.122)	(992.231)	(752.594)		
Variação cambial líquida	89.900	30.997	74.946	32.029		
Total resultado financeiro	(87.841)	(875.997)	(106.559)	(992.554)		

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (pêmbio, taxa de juros, etc.). O controle consiste no acompanhamento periódico das condições contratuais versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e sua controlada foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Todavia, as estimativas efetuadas são indicativas, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de livre comércio. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os resultados de transação são reconhecidos no resultado quando liquidados.

## Classificação dos instrumentos financeiros

A administração pretende cobrir (sêmbalo, taxa de juros, etc.). O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contrariadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo e derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores de realização estimados de ativos passíveis de incorrer da Companhia e sua controlada foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Todavia, as estimativas efetuadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de livre comércio. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**Classificação dos Instrumentos Financeiros**

## RENAULT DO BRASIL S.A. &amp; CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RENAULT

Continuação da página 6

Os valores passivos da carteira dos instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são conforme abaixo.

Swap	Parce ativo	Parce passivo	Controladora e Controladas				Valor justo a receber (o pagar)			
			2018		2017		2018		2017	
			Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva
Alto	Parce ativo	Parce passivo								
	Ouro	Ouro								
	noto-americano	noto-americano								
	+ Taxa Fixa a.a.	+ Taxa Fixa a.a.	2.095.235	2.082.112	2.048.536	2.073.304	147.770	136.442	(134.509)	54.084
	% do CDI	% do CDI								
	noto-americano	noto-americano								
	+ Taxa Fixa a.a.	+ Taxa Fixa a.a.	(1.978.251)	(1.973.833)	(1.966.780)	(2.005.813)	(30.789)	(31.183)	78.176	(8.092)
			116.984	108.279	78.175	67.494	116.984	108.279	(56.427)	45.092

## Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia e sua controlada realizam transações em moeda estrangeira; consequentemente estão expostas às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos da taxa de câmbio são minimizadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas estratégias aprovadas por meio da utilização de contratos de swap cambial.

Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira expostos a riscos de variação cambial pertencentes à Companhia e sua controlada no final do período de relatório são apresentados a seguir:

	Controladora		Controladas	
	2018	2017	2018	2017
(Em milhares de dólares ou euros)				
Dívidas em moeda estrangeira	518.585	470.096	249.117	500.783
Ativos	99.594	125.259	253.788	128.480

## Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia e sua controlada estão expostas principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir ilustra a sensibilidade da Companhia e sua controlada ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar informações dos riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração. A correspondência à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do Real em relação à moeda em questão.

	Controladora e Controladas	
	2018	2017
Impacto do Euro	35.246	76.768
Impacto do dólar norte-americano	25.375	97.065

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

São José dos Pinhais - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renault do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renault do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e de seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 2 da introdução do relatório. As responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em razão da natureza profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram listados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e não a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento de receita

Vejam a Nota 7 (e) e 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Principais assuntos de auditoria

## Como auditoria entendemos esse assunto

Para sustentar a receita da Companhia e proveniente de vendas diretas de veículos para clientes finais, cuja receita não é recebida quando o seu controle é transferido ao cliente. A administração de controle se dá no momento em que os veículos são entregues, e, assim, os clientes finais, ou quando não aceitos e estão disponíveis para entrega no pátio da Companhia. Em razão de relevância os valores envolvidos e da necessidade de manutenção de controles internos eficazes para identificar o momento em que o cliente obtém o controle do veículo, estabelecemos o reconhecimento antecipado de receita e, em especial, ao final do período de fechamento contábil. Desta forma, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento da receita de vendas diretas de veículos; (ii) avaliação do desenho e efetividade dos controles internos, determinados pela Administração da Companhia, para prevenir e detectar incorreções no reconhecimento de receitas provenientes de tais transações; (iii) seleção de transações de vendas ao longo do período, com base em amostragem, e confronto com a respectiva documentação suporte com o objetivo de verificar a autenticidade, integridade e precisão de tais transações; (iv) obtenção de confirmação, junto aos clientes referentes às vendas diretas, de que os riscos e benefícios provenientes da compra de tais veículos foram, efetivamente, transferidos a estes na data do reconhecimento da receita; (v) execução de procedimentos analíticos substantivos para as receitas reconhecidas no exercício por meio da comparação do desempenho da Companhia com dados observáveis e indicadores do mercado disponíveis. No decorrer de nossa auditoria identificamos ações

que afetariam a mensuração e divulgação da receita líquida, ou quais não foram aceitos pela Administração, por terem sido considerados materiais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a receita líquida de vendas diretas de veículos reconhecida no exercício é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## Provisão para contingências

Vejam a Nota 7 (e) e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Principais assuntos de auditoria

## Como auditoria entendemos esse assunto

Contingências baseadas nas probabilidades de ocorrência e magnitude das salidas de recursos e com base nos elementos do processo, contemplando pela exposição das demandas semelhantes. A Companhia está envolvida em ações de natureza tributária, civil e trabalhista que totalizam R\$ 1.599.885 mil, os quais foram avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como do tipo de perda possível, além de outras ações, de natureza trabalhista, consideradas como de risco de perda provável no montante de R\$ 265.388 mil. Devido ao grau de julgamento exercido pela Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos externos, na avaliação dessas estimativas, à relevância dos montantes envolvidos, a complexidade na avaliação e mensuração, a definição do momento para o reconhecimento, bem como o impacto que um resultado desfavorável em tais processos poderia acarretar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. Avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgadas, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como a comparação com jurisprudência existente. Para as causas com valores julgados relevantes, avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas jurídicos, o desempenho do risco de perda e do valor estimado. Nossos testes revelaram deficiências no desenho e efetividade operacional dos controles internos relacionados a Provisões e Passivos Contingentes. Em conjunto com os especialistas, avaliamos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do original planejado, dos processos com os assessores jurídicos da Companhia e cruzando as informações para o controle mantido pelo jurídico, para obtenção de evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto a Provisões e Passivos Contingentes. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que não aceitamos as salientadas preparadas pela Administração relativas a Provisões e Passivos Contingentes e as divulgações relativas ao contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, pelos controles internos que ela implementou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e sua controlada de manter o controle, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com autoridade para supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

• Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas por preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos líquidos.

• Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) de instrumentos (ou seja, com base em preços).

• Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm base em dados observáveis de mercado.

Nível 2018 2017 2019 2017

Ativos financeiros

Gasto amortizado

Calor e equivalentes de calor

Passivos financeiros

Valor justo líquido do resultado

Instrumentos financeiros

Custo amortizado

Empréstimos e financiamentos

Fornecedores

ICMS e Parcelamento PERT

a) Os ativos financeiros não derivativos com prazo de vencimento de mais de 12 meses e, portanto, de clientes, aplicações financeiras têm valores contábeis que se aproximam de seus valores de mercado.

Os passivos financeiros não derivativos empréstimos e financiamentos, fornecedores, ICMS a receber, parcelamento fiscal, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, têm valores contábeis que se aproximam de seus valores de mercado.

Distância e período não houve nenhuma transferência entre os níveis.

31. Transações que não envolvem caixa

A Companhia realizou aquisições de imobilizado a prazo no montante de R\$ 50.846 em 2018 (R\$ 142.234 em 2017), que não envolve caixa e, portanto não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa nas atividades de investimento de aquisição de imobilizado e intangível e, nas atividades operacionais de avaliação de fornecedores.

32. Cobertura de seguros

As aplicações de seguros mantidas pela Companhia são renovadas anualmente, conforme detalhado abaixo:

(i) Fieles nomeados, com cobertura contra os riscos de incêndio, roubo, explosão, danos elétricos, furto de materiais, danos de "liquidação", furto e danos por danos de produtos, instalações, equipamentos, móveis, veículos, objetos, mercadorias e materiais prontos em estoque, objetos sendo, conforme aplicável, valor em risco de R\$ 5.874.407.955,71 (em mil reais) indenizável de R\$ 3.000.000.000,00. Franquia de R\$ 19.904.000,00 em 2018.

(ii) Fieles nomeados com cobertura integral do estoque de produtos acabados, valor em risco de R\$ 1.897.465.000,00 com limite máximo indenizável de R\$ 65.024.500,00, em 2018. Franquia de R\$ 330.172,50.

33. Contas a receber

Contas a receber de clientes, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Desse ponto de vista, os controles internos são os responsáveis pela identificação de tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências.

Na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências.

Os principais assuntos de auditoria, descrevemos os assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por suas consequências adversas de tal comunicação por parte, dentro de uma perspectiva razoável, superando os benefícios da comunicação para o interesse público.

34. Avaliação da apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira consistente com o objetivo de apresentação adequada.

35. Últimos procedimentos de auditoria apropriados e suficientes referentes às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião da auditoria. Constatamos que a Administração, a respeito, entre outros aspectos, de alcance planejado, da época da auditoria e das circunstâncias significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Desse ponto de vista, os controles internos são os responsáveis pela identificação de tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências.

Na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências.

Os principais assuntos de auditoria, descrevemos os assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por suas consequências adversas de tal comunicação por parte, dentro de uma perspectiva razoável, superando os benefícios da comunicação para o interesse público.

36. Últimos procedimentos de auditoria apropriados e suficientes referentes às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião da auditoria. Constatamos que a Administração, a respeito, entre outros aspectos, de alcance planejado, da época da auditoria e das circunstâncias significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Desse ponto de vista, os controles internos são os responsáveis pela identificação de tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências.

Na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências.

Os principais assuntos de auditoria, descrevemos os assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por suas consequências adversas de tal comunicação por parte, dentro de uma perspectiva razoável, superando os benefícios da comunicação para o interesse público.

37. Últimos procedimentos de auditoria apropriados e suficientes referentes às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião da auditoria. Constatamos que a Administração, a respeito, entre outros aspectos, de alcance planejado, da época da auditoria e das circunstâncias significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Desse ponto de vista, os controles internos são os responsáveis pela identificação de tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências.

Na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências.

Os principais assuntos de auditoria, descrevemos os assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por suas consequências adversas de tal comunicação por parte, dentro de uma perspectiva razoável, superando os benefícios da comunicação para o interesse público.

38. Últimos procedimentos de auditoria apropriados e suficientes referentes às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião da auditoria. Constatamos que a Administração, a respeito, entre outros aspectos, de alcance planejado, da época da auditoria e das circunstâncias significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Desse ponto de vista, os controles internos são os responsáveis pela identificação de tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências.

Na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências.

Os principais assuntos de auditoria, descrevemos os assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por suas consequências adversas de tal comunicação por parte, dentro de uma perspectiva razoável, superando os benefícios da comunicação para o interesse público.

39. Últimos procedimentos de auditoria apropriados e suficientes referentes às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião da auditoria. Constatamos que a Administração, a respeito, entre outros aspectos, de alcance planejado, da época da auditoria e das circunstâncias significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Desse ponto de vista, os controles internos são os responsáveis pela identificação de tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências.

Na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências.

Os principais assuntos de auditoria, descrevemos os assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por suas consequências adversas de tal comunicação por parte, dentro de uma perspectiva razoável, superando os benefícios da comunicação para o interesse público.

40. Últimos procedimentos de auditoria apropriados e suficientes referentes às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião da auditoria. Constatamos que a Administração, a respeito, entre outros aspectos, de alcance planejado, da época da auditoria e das circunstâncias significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Desse ponto de vista, os controles internos são os responsáveis pela identificação de tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências.

Na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências. Os responsáveis por tais deficiências são os responsáveis por tais deficiências.

JUEPAR  
10 05 19

São José dos Pinhais, 01 de fevereiro de 2019

À

Renault do Brasil S.A.

Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo.

São José dos Pinhais/PR

Prezados Senhores,

Sirvo-me da presente para apresentar minha renúncia, em caráter irrevogável, a partir desta, do cargo de Diretor Financeiro desta conceituosa Sociedade.

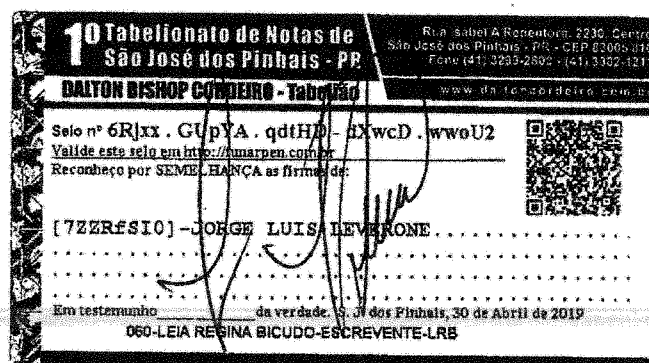
Nesta oportunidade, agradeço a confiança com que fui distinguido e apresento minhas respeitadas saudações aos senhores administradores.

Atenciosamente,

10 Tabelião  
São José dos Pinhais - PR

Jorge Luis Leverone

CPF/MF nº 699.738.657-15



JUEPAR  
10 05 19

São José dos Pinhais, 29 de abril de 2019

À

Renault do Brasil S.A.

Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo.

São José dos Pinhais/PR

Prezados Senhores,

Sirvo-me da presente para apresentar minha renúncia, em caráter irrevogável, a partir desta, do cargo de Diretor Presidente desta conceituosa Sociedade.

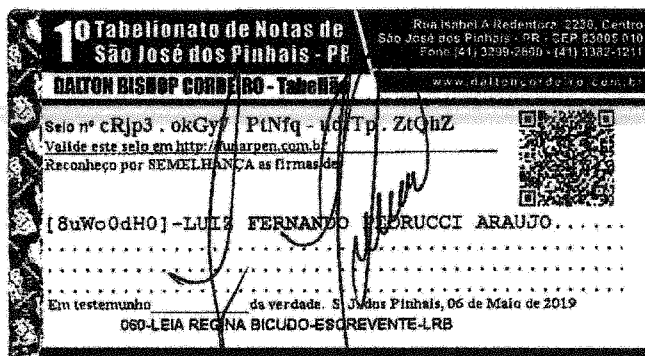
Nesta oportunidade, agradeço a confiança com que fui distinguido e apresento minhas respeitadas saudações aos senhores administradores.

Atenciosamente,



Luiz Fernando Pedrucci Araújo

CPF/MF nº 246.423.928-31





JOSÉ DOS PINHAIS 2019

**TERMO DE POSSE DE DIRETOR DA RENAULT DO BRASIL S.A. ELEITO EM REUNIÃO  
DE SÓCIOS REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2019**

Ao dia 29 do mês de abril de 2019, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, **tomou posse como Diretor Presidente o Sr. Ricardo Yuji Gondo**, brasileiro, casado, CPF nº. 161.337.248-54, com domicílio comercial na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, 1.300, bairro Borda do Campo, cujo mandato expirará em 29 de abril de 2022.

Declara neste ato, sob as penas de lei, para os fins dos Artigos 147, 149, §2º e 153 e seguintes da Lei n.º 6.404 de 1976, Lei das Sociedades por ações, que:

- a) tem domicílio comercial na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná;
- b) não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; e
- c) está ciente e consciente das obrigações e deveres de que tratam os artigos 153 e seguintes da referida lei.

E, por nada mais ter a declarar, firma o presente Termo, sendo declarado empossado no cargo de Diretor Financeiro.

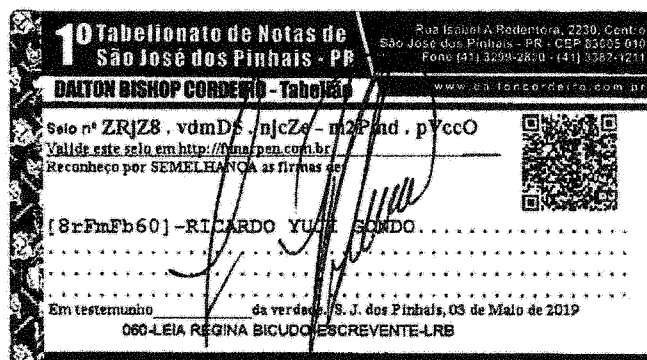
São José dos Pinhais, 29 de abril de 2019

1º Tabelião  
São José dos Pinhais - PR



**Ricardo Yuji Gondo**

Diretor Presidente





JOSÉ DOS PINHAIS  
20 04 19

**TERMO DE POSSE DE DIRETOR DA RENAULT DO BRASIL S.A. ELEITO EM REUNIÃO  
DE SÓCIOS REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2019**

Ao dia 29 do mês de abril de 2019, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, **tomou posse como Diretor Financeiro o Sr. Sebastian Parra Velez**, colombiano, casado, portador da cédula de identidade de estrangeiro Registro Nacional Migratório n. F050453Z e CPF/MF nº. 801.035.999-83 com domicílio comercial na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, 1.300, bairro Borda do Campo, cujo mandato expirará em 29 de abril de 2022.

Declara neste ato, sob as penas de lei, para os fins dos Artigos 147, 149, §2º e 153 e seguintes da Lei n.º 6.404 de 1976, Lei das Sociedades por ações, que:

a) tem domicílio comercial na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná;

b) não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; e

c) está ciente e consciente das obrigações e deveres de que tratam os artigos 153 e seguintes da referida lei.

E, por nada mais ter a declarar, firma o presente Termo, sendo declarado empossado no cargo de Diretor Financeiro.

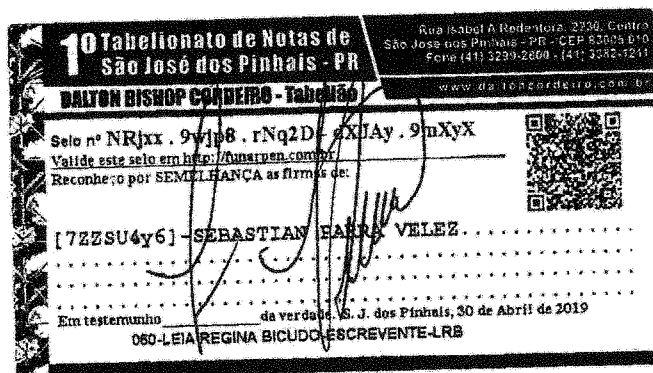
São José dos Pinhais, 29 de abril de 2019

1º Tabelião  
São José dos Pinhais - PR



**Sebastian Parra Velez**

Diretor Financeiro



**ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA**  
**RENAULT DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 00.913.443/0001-73 - NIRE nº. 41.300.014.795**  
**REALIZADA EM 11 de NOVEMBRO de 2020**

**DATA, HORA E LOCAL:**

11 de novembro de 2020, às 10:00 h, na sede social da empresa, na Avenida Renault, nº. 1.300, Bairro Borda do Campo, São José dos Pinhais, PR.

**QUORUM:**

Presentes a maioria dos Diretores da Sociedade.

**MESA:**

Presidente: Sr. Bruno Hohmann  
Secretária: Sra. Maria Helena Venetikides Durigan.

**CONVOCAÇÃO:**

Dispensada.

**ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:**

**Deliberar sobre a alteração do endereço da filial 00.913.443/0006-88 Jundiaí. Centro de Treinamento, Escritório Administrativo**

Deliberam os presentes sobre a modificação do endereço da referida filial, que passará a ocupar parte do imóvel situado no endereço:

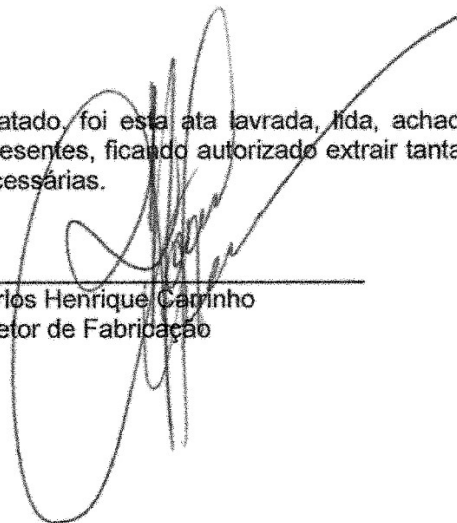
Rodovia Vice Prefeito Hermenegildo Tonolli, número 1500, município de Jundiaí – São Paulo, empreendimento denominado GR I Jundiaí, galpão 01, tipo B, bloco I.

Não haverá alterações no escopo das atividades desenvolvidas nesta filial.

**ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, lida, achada conforme e assinada pelos presentes, ficando autorizado extrair tantas cópias quantas se fizerem necessárias.

  
\_\_\_\_\_  
Bruno Hohmann  
Vice Diretor Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Carlos Henrique Caminho  
Diretor de Fabricação

一 二 三 四 五 六 七 八 九 十 十一 十二 十三 十四 十五 十六 十七 十八 十九 二十 二十一 二十二 二十三 二十四 二十五 二十六 二十七 二十八 二十九 三十 三十一 三十二 三十三 三十四 三十五 三十六 三十七 三十八 三十九 四十 四十一 四十二 四十三 四十四 四十五 四十六 四十七 四十八 四十九 五十 五十一 五十二 五十三 五十四 五十五 五十六 五十七 五十八 五十九 六十 六十一 六十二 六十三 六十四 六十五 六十六 六十七 六十八 六十九 七十 七十一 七十二 七十三 七十四 七十五 七十六 七十七 七十八 七十九 八十 八十一 八十二 八十三 八十四 八十五 八十六 八十七 八十八 八十九 九十 九十一 九十二 九十三 九十四 九十五 九十六 九十七 九十八 九十九 一百	一 二 三 四 五 六 七 八 九 十 十一 十二 十三 十四 十五 十六 十七 十八 十九 二十 二十一 二十二 二十三 二十四 二十五 二十六 二十七 二十八 二十九 三十 三十一 三十二 三十三 三十四 三十五 三十六 三十七 三十八 三十九 四十 四十一 四十二 四十三 四十四 四十五 四十六 四十七 四十八 四十九 五十 五十一 五十二 五十三 五十四 五十五 五十六 五十七 五十八 五十九 六十 六十一 六十二 六十三 六十四 六十五 六十六 六十七 六十八 六十九 七十 七十一 七十二 七十三 七十四 七十五 七十六 七十七 七十八 七十九 八十 八十一 八十二 八十三 八十四 八十五 八十六 八十七 八十八 八十九 九十 九十一 九十二 九十三 九十四 九十五 九十六 九十七 九十八 九十九 一百
--	--

a) **MATRIZ:** Avenida Renault, 1300, Borda do Campo, São José dos Pinhais-PR, CEP 83.070-900, CNPJ Nº. 00.913.443/0001-73, NIRE: 4130001479-5.

b) **FILIAL 1:** Rua Fidêncio Ramos, 223, conj.101 a 104 Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04551-010, CNPJ Nº. 00.913.443/0002-54, NIRE: 4190124320-9.

c) **FILIAL 2:** Rua Santa Maria, 451, Ponte São João, Jundiaí/SP, CEP: 13.218-060, CNPJ nº 00.913.443/0006-88, NIRE: 3590222238-3.

d) **FILIAL 3:** Av. Rebouças, 2416, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05402-300, CNPJ Nº.00.913.443/0010-64; NIRE: 3590333657-9.

e) **FILIAL 4:** Rodovia Governador Mário Covas, 882, Padre Mathias, Cariacica/ES, CEP 29.157-100, CNPJ Nº. 00.913.443/0012-26; NIRE: 3290040555-1.

f) **FILIAL 5:** Rua Vanderlei Moreno, 13.130, Roseira, São José dos Pinhais/PR CEP: 83070-245 CNPJ: 00.913.443/0013-07 NIRE: 4190124320-9.

g) **FILIAL 6:** Rua Pasteur, 463, 2º andar, conj. 204, sala "E", Batel, Curitiba-PR, CEP 80.250-080, CNPJ: 00.913.443/0015-79, NIRE: 4190136151-1.

h) **FILIAL 7:** Avenida Nissan, 1500, sala 6, 1º pavimento, Polo Industrial, Resende/RJ, CEP: 27537-800, CNPJ: 00.913.443/0016-50, NIRE: 41300014795.

i) **FILIAL 8:** Avenida Renault, 1.300, Parte, Prédio Administrativo, Borda do Campo, São José dos Pinhais/PR, CEP 83.070-900, CNPJ: 00.913.443/0017-30, NIRE: 4190144068-3.

j) **FILIAL 9:** Avenida Renault, 1.300, Parte, Usina Fundição, nº 1300, Borda do Campo, São José dos Pinhais/PR, CEP 83.070-900, CNPJ: 00.913.443/0018-11, NIRE: 4190144708-4.

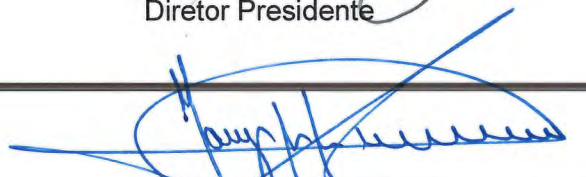
l) **FILIAL 10:** Avenida Prefeito Domingos Mocelin Neto, número 1717, Parte, Borda do Campo, Quatro Barras/PR, CEP 83425-970.


**ENCERRAMENTO:**


Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, lida, achada conforme e assinada pelos presentes, ficando autorizado extrair tantas cópias quantas se fizerem necessárias.

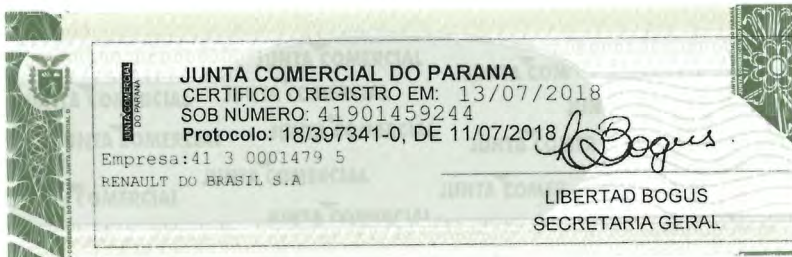
  
Luiz Fernando Pedrucci  
Diretor Presidente

  
Cleverson Luiz Rabito  
Diretor de Fabricação

  
Jorge Luis Leverone  
Diretor Financeiro

  
Ana Paula Schlenker Camargo  
Diretora

  
Maria Helena Venetikides Durigan  
Secretária e advogada responsável  
OAB/PR sob n.º 18.985





JULIANA  
28 05 21

**RENAULT DO BRASIL S.A.**  
**CNPJ 00.913.443/0001-73 - NIRE 41300014795**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL  
DE 2021**

**I - DATA, HORA E LOCAL:** 29 de abril de 2021, às 10:00 horas, na Av. Renault, 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Paraná. Realizada em meio virtual.

**II - CONVOCAÇÃO:** Dispensada nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/76.

**III - QUORUM:** presente a totalidade dos acionistas da Sociedade.

**IV - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente da Mesa Joaquim Ferraz Martins Filho e Secretária: Maria Helena Venetikides Durigan.

**V - ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020; 2) Deliberar sobre o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020 e outros assuntos congêneres; 3) Deliberar sobre a fixação do montante global anual da remuneração da Diretoria. 4) Eleição de novo membro da diretoria.

**1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020.**

Foram aprovadas, por unanimidade, as contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020, devidamente **publicados no Jornal Metrópole de São José dos Pinhais em 23/04/2021 e no Diário Oficial do Estado do Paraná em 26/04/2021.**





JULIANA  
28 05 21

**2) Deliberar sobre o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020;**

Foram aprovados, por unanimidade: o relatório de administração e o resultado do exercício de 2020, tendo sido apurado **prejuízo R\$583.818.878,32 (quinhentos e oitenta e três milhões, oitocentos e dezoito mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos).**

2.1 Os acionistas aprovam por unanimidade a recondução do lucro do ano de 2018 para reserva de subvenção de incentivos fiscais no valor de **R\$38.934.693,00 (trinta e oito milhões, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais).**

2.2 Os acionistas aprovaram por unanimidade não distribuir dividendos e JSCP no presente exercício razão da apuração de prejuízo.

**3) Deliberar sobre o montante global anual de remuneração dos membros da administração.**

Aprovou-se, por unanimidade, a fixação do montante global anual de remuneração dos membros da Diretoria, incluindo benefícios e verbas de representação, para o presente exercício social, de até R\$6.332.928,00 (seis milhões, trezentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e oito reais), a ser distribuído aos membros da Diretoria, por deliberação do Diretor Presidente.

**4) Renúncia e eleição de novo membro da diretoria.**

Foi aprovada por unanimidade o pedido de demissão do Diretor Financeiro Sebastian Velez Parra apresentado em 30 de setembro de 2020, sendo que as acionistas agradeceram pelos serviços prestados.

Na sequência foi indicada para o cargo vacante de **DIRETORA FINANCEIRA: a Sra. SILVINA PAULA MESA**, argentina, estado civil: casada, contadora, passaporte nº. AAA303916, com domicílio em São José dos Pinhais, Paraná, na Avenida Renault, 1.300, bairro Borda do Campo.

Por unanimidade, o nome indicado para o cargo foi aceito, **dando-se neste ato a eleição.** No entanto, a **posse efetiva** no cargo de Diretora Financeira, **dar-se-á após a concessão de visto de trabalho no Brasil.**

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
28 05 21

Nos termos do art. 147, § 1º. da lei das Sociedades por Ações, a diretora ora eleita declara não ter praticado qualquer ato que a impeça de desempenhar cargo eletivo em qualquer Sociedade.

Assim, a diretoria da sociedade fica composta da seguinte forma, **com vigência até 29 de abril de 2024:**

1. **DIRETOR PRESIDENTE: Sr. RICARDO YUJI GONDO**, brasileiro, casado, RG: 15.488.790-0, CPF/MF nº. 161.337.248-54;
2. **DIRETOR VICE-PRESIDENTE COMERCIAL: Sr. BRUNO CAVALCANTI HOHMANN**, brasileiro, casado, engenheiro, RG: 7258638-7, CPF/MF nº. 031.934.199-23;
3. **DIRETOR DE FABRICAÇÃO: Sr. CARLOS HENRIQUE RODRIGUES ALVES CARRINHO**, brasileiro, casado, RG 14.557.739-9 e CPF/MF 084.952.578-07.
4. **DIRETORA FINANCEIRA: Sra. SILVINA PAULA MESA**, argentina, estado civil: casada profissão: contadora, passaporte: AAA303916.

Todos com domicílio em São José dos Pinhais, Paraná, na Av. Renault, n. 1300, bairro Borda do Campo.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, nos termos do §1º do Art. 130, da Lei nº 6.404/76, lida, achada conforme e assinada por todos. Autorizou-se, a reproduzir tantas cópias quanto se façam necessárias.

**ASSINATURAS:**

Renault S.A.S.  
S.A.

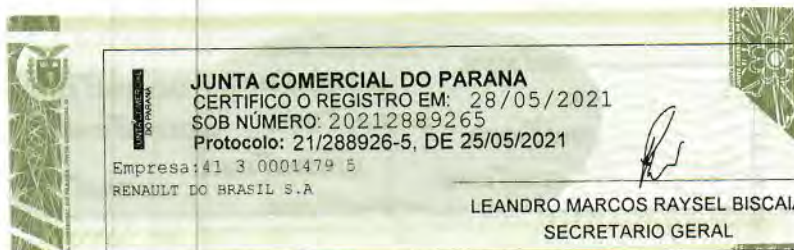
p.p. Joaquim Ferraz Martins Filho

Joaquim Ferraz Martins Filho  
Presidente da mesa

Agência de Fomento do Estado do Paraná

p.p. Nildo José Lübke

Maria Helena Venetíkides Durigan  
Secretaria e Advogada  
OAB PR 18.985





**POUVOIR**

Par le présent mandat sous seing privé, **RENAULT S.A.S.**, société constituée conformément aux lois françaises, dont le siège social est situé au 13-15, Quai Alphonse Le Gallo, 92100 Boulogne-Billancourt, dans cet acte représentée par **Quitterie de Pelleport**, en sa qualité d'actionnaire de **RENAULT DO BRASIL S/A**, désigne comme mandataires **Joaquim Ferraz Martins Filho**, brésilien, marié, avocat, porteur de la Carte d'Identité numéro 9109831-2 - SSP/SP, inscrit au CPF/MF sous le numéro 091.243.338-83, et **Maria Helena Venetikides Durigan**, brésilienne, mariée, avocate, inscrite à l'OAB/PR numéro 18.985 et au CPF/MF numéro 721.262.649-04, tous ayant leur adresse professionnelle au 1300, Avenue Renault, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Etat du Paraná, Brésil, et leur donne les pouvoirs nécessaires pour qu'ils puissent agir au nom de **RENAULT S.A.S.**, individuellement ou conjointement, aux fins exclusives de l'Assemblée Générale Ordinaire de **RENAULT DO BRASIL S/A**, qui aura lieu le 29 avril 2021. Les mandataires pourront représenter la société et assumer toutes les obligations relatives aux délibérations sur les sujets inclus dans l'ordre du jour, avec facultés de voter les sujets en question, ainsi que d'examiner, de discuter et de délibérer. Les mandataires pourront voter lors de ladite Assemblée, signer le registre de présence des actionnaires ainsi que le procès-verbal, et pourront encore exclusivement recevoir toutes assignations et citations éventuelles concernant le présent mandat.

Boulogne-Billancourt, le 19 avril 2021

**RENAULT S.A.S.**  
**Quitterie de Pelleport**

**PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular de mandato, **RENAULT S.A.S.**, sociedade constituída conforme as leis francesas, com sede no Quai Alphonse Le Gallo, 92100 de Boulogne-Billancourt, representada por **Quitterie de Pelleport**, na qualidade de sócia da **RENAULT DO BRASIL S/A**, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **Joaquim Ferraz Martins Filho**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG 9109831-2 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 091.243.338-83; e **Maria Helena Venetikides Durigan**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR sob nº. 18.985 e no CPF/MF sob nº. 721.262.649-04, todos com endereço profissional na Avenida Renault, 1300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, outorgando-lhes poderes bastantes para agir, em conjunto ou individualmente em nome da **RENAULT S.A.S.**, exclusivamente na Assembléia Geral Ordinária da **RENAULT DO BRASIL S/A**, a realizar-se em 29 de abril de 2021. Os outorgados poderão representar a companhia e assumir todas as obrigações relativamente às deliberações das matérias constantes na ordem do dia, tais como examinar, discutir assuntos constantes da mesma. Os outorgados recebem, ainda, poderes para votar, assinar atas em geral, podendo ainda, exclusivamente para esta finalidade, receber citações.

Boulogne-Billancourt, 19 de abril de 2021

**RENAULT S.A.S.**  
**Quitterie de Pelleport**

Je soussigné, M<sup>e</sup> François de KEGHEL  
Notaire Associé, certifié véritable  
la signature apposée de  
M<sup>me</sup> Quitterie de Pelleport



victoires notaires associées  
Office Notarial | n° étude 375 103 U  
3 place des Victoires, 75001 Paris  
tel +33 (0)1 53 42 67 67 | fax +64





## PROCURAÇÃO

- OUTORGANTE:** **AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.584.906/0001-99, com sede na Rua Comendador Araújo, 652 – 6º andar, Batel, nesta capital, gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, neste ato representada pelo Diretor-Presidente, Heraldo Alves das Neves, economista, portador do RG nº 4.035.436-0/PR, inscrito no CPF sob o nº 713.432.379-04.
- OUTORGADO:** **NILDO JOSE LÜBKE**, brasileiro, portador do RG nº 1.997.431-6 PR, inscrito no CPF sob o nº 316.670.909-68, Diretor Jurídico da FOMENTO PARANÁ.
- PODERES:** Representar a Outorgante, na qualidade de acionista, perante a Renault do Brasil S/A, a realizar-se no dia 29/04/2021 às 10h00, por meio digital, nos termos da Lei da SAS e da Medida Provisória 931/2020 regulamentada pela IN 79, podendo votar e deliberar sobre os assuntos em pauta, enfim, participar de todos os demais atos correlatos e que se fizerem necessários ao fiel desempenho deste mandato.

Curitiba, 01 de abril de 2021.

HERALDO ALVES  
DAS  
NEVES:713432379  
04

Assinado de forma digital  
por HERALDO ALVES DAS  
NEVES:71343237904  
Dados: 2021.04.01  
11:31:53 -03'00'

---

Heraldo Alves das Neves  
**Diretor-Presidente**





# RENAULT DO BRASIL S.A. e CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### CONTEXTO GERAL

Em um ano marcado pela pandemia do coronavírus, o mercado automotivo no Brasil registrou queda de 27% em relação ao ano anterior. Após 10 anos de crescimento contínuo em participação de mercado (de 3,3% em 2009 para 9,0% em 2019), em 2020 a Renault do Brasil deu um novo passo na sua trajetória para a criação de valor e a sustentabilidade do negócio, alinhado ao plano estratégico global Renault, com o objetivo de mudar a estratégia do Grupo Renault de volumes para valor.

### A RENAULT EM 2020

Entre os destaques da marca em 2020 estão o lançamento do Novo Duster, em março, que tem um papel fundamental na história da Renault: o Kwid, que fechou novamente o ano como líder do segmento de entrada com 49.473 unidades emplacadas em 2020, o que representa 47,1% de participação, e o Master, líder absoluto pelo sétimo ano consecutivo do segmento de furgões com capacidade de carga de até 3,5 toneladas de Peso Bruto Total, registrou 5.351 unidades emplacadas em 2020, o que representa 42,8% de participação no segmento.

A participação de mercado da Renault em 2020 foi de 6,7%. Para atuar à produção à demanda de mercado, em julho de 2020, a Renault realizou o encerramento do 3º turno da fábrica de Veículos de Passeio (CVP). Desde então, passaram a operar com 2 turnos.

### RENAULT DUSTER

Em março, lançamos o Novo Duster, com novo design e mantendo a robustez que o tornou sucesso no país. O veículo passou por uma revolução do interior recebendo novo painel de instrumentos, volante, bancos e revestimento de portas. O exterior foi inteiramente renovado mantendo o design icônico que cala no gosto consumidor.

As características off-road, com os maiores ângulos de entrada e saída, maior altura do solo, além do novo porta-malas do segmento foram preservadas. Além disso, o Duster 2021 veio com novos itens de tecnologia, como a central multimídia Easy Link com tela 8", sistema Multimedial com quatro câmeras, sensor de ponto cego e sensor cuspulador.

### COMPLEXO AYTORN SENNA RECONHECIDO PELO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL

A Renault do Brasil recebeu o reconhecimento do Fórum Econômico Mundial pelas inovações relativas à indústria 4.0 no Complexo Aytorn Senna, que é a primeira planta industrial da América Latina a receber este reconhecimento.

O selo "Advanced 4th Industrial Revolution (4IR) Lighthouse" – "Farol da 4ª Revolução Industrial Avançada" se deve à capacidade de adotar e escalar tecnologias gerando impacto positivo para a indústria. Com este resultado, a empresa passa a fazer parte da "Global Lighthouse Network", comunidade gerida pelo Fórum Econômico Mundial que reúne as indústrias referência em tecnologia 4.0 no mundo, buscando transformar fábricas e modelos de negócio trazendo retorno financeiro e operacional.

Um dos fatores predominantes para a conquista deste reconhecimento foi a utilização de tecnologias e processos digitais desde o início da produção dos veículos até o processo de venda, contemplando diversas etapas do negócio, incluindo a contratação de colaboradores para a companhia e o treinamento e capacitação desses profissionais.

### 10 ANOS DO INSTITUTO RENAULT

O Instituto Renault, responsável pelas ações de responsabilidade socioambiental da Renault no Brasil, completou 10 anos de atuação. Criado em 14 de setembro de 2010, o Instituto tem o propósito de contribuir de forma positiva na sociedade, transformando potenciais em possibilidades reais de progresso para pessoas e comunidades. A instituição atua por meio da educação, do desenvolvimento social e da sustentabilidade ambiental, realizando movimentos para diminuir distâncias e promover transformações na sociedade.

Al longo de uma década, o Instituto já beneficiou mais de 798 mil pessoas em dois eixos principais: inclusão e mobilidade sustentável. Em seu site oficial, o Instituto Renault disponibiliza conteúdos sobre todos os projetos desenvolvidos pela instituição, incluindo o livro lançado em comemoração aos 10 anos, Retratos de Vidas Transformadas, no endereço: <http://www.institutorenault.com.br>

### AÇÕES DE APOIO À SOCIEDADE

Durante a pandemia Covid-19, o Instituto Renault desenvolveu diversas iniciativas para reduzir os impactos negativos para a sociedade.

• Por meio de ações de apoio de voluntariado dos colaboradores da Renault do Brasil, mais de 40 toneladas de alimentos e itens de higiene foram doados para mais de 2.860 famílias em situação de vulnerabilidade social.

• Também por meio do voluntariado de colaboradores, foram produzidas mais de 1.300 máscaras com impressora 3D para entrega à Secretaria de Saúde do São José dos Pinhais.

• Em parceria com o SENAI foi realizada a manutenção de 11 respiradores mecânicos para hospitais de Curitiba. A ação reconhecida pelo Ministério da Economia.

• Concedemos 10 veículos em formato de comodato à Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Estado do Paraná para auxiliar no transporte de insumos e profissionais de saúde no combate à pandemia Covid-19.

• Em parceria com a Rede de concessionárias Renault, 10 ambulâncias do estado do Paraná foram recuperadas.

• A Associação Borda Viva, projeto social apoiado pelo Instituto Renault produziu mais de 217 mil máscaras descartáveis gerando renda para as mulheres da comunidade do total produzido, 200 mil máscaras foram encomendadas pela Renault para uso por seus colaboradores da fabricação, 11 mil máscaras foram doadas à Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Paraná e 5 mil máscaras foram doadas à AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente).

• Por meio da ação Múltiplo o Bem, 55 toneladas de alimentos foram arrecadadas em parceria com a rede de concessionárias, para ajudar as pessoas de todas as regiões do país impactadas pela pandemia do coronavírus.

### FORTALECIMENTO DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO

A diversidade é um valor para o Grupo Renault, que promove a inclusão entre diferentes perfis e personalidades em suas equipes. Em 2020, a Renault do Brasil criou mais um grupo de afinidade, o Proud@Renault, para promover ações afirmativas e debates relacionados à agenda LGBTQI+, visando um ambiente mais igualitário na organização.

A Renault também oficializou sua participação como signatária do Fórum de Empresas e Direitos LGBTQI+, formado por empresas engajadas no respeito aos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e pessoas intersex, e que rejeitam práticas de discriminação e suas implicações para os negócios e para a sociedade.

Foi lançado ainda o grupo de afinidade Access@Renault, com o objetivo de desenvolver projetos e ações afirmativas a inclusão de pessoas com deficiência na empresa.

O grupo Women@Renault, que realiza ações focadas em promover um ambiente inclusivo, que respeite a diversidade, completou 10 anos com um aumento de 64% no número de mulheres da Renault do Brasil.

### REFERÊNCIA EM MOBILIDADE

A Renault concluiu o ano de 2020 como líder na venda de veículos 100% elétricos no Brasil. Ao todo, mais de 350 veículos 100% elétricos Renault circulam pelo país, comercializados a clientes finais ou presentes em projetos de mobilidade e na frota de empresas e instituições pioneiras como: Itaipu, FedEx, Companhia Paulista de Luz e Força (CPFL), Grupo TPC, Beep Beep, Grapius, DHL, Mercado Livre entre outras.

No Brasil, a marca também desenvolve diversos projetos de mobilidade. Em setembro, foi lançado o projeto VEM PR, que disponibiliza 10 Renault Zoe, 100% elétricos para uso compartilhado por servidores públicos do Paraná. Os veículos

foram cedidos pela ABDI (Agência Brasileira do Desenvolvimento Industrial) ao Governo do Paraná em formato de comodato.

Em Curitiba também foi lançado um projeto de mobilidade para os colaboradores do Fiep (Sistema Federação das Indústrias do Paraná), que têm à disposição dois Zoe, um Kwid, um Sandero e um Captur Bose, para uso compartilhado. O projeto é gerenciado por meio do sistema Renault Mobility, utilizado em diversos projetos da marca pelo mundo. No Brasil, o sistema está presente no carsharing interno da Renault para seus colaboradores desde 2018.

### PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

• A Renault do Brasil recebeu o reconhecimento do Fórum Econômico Mundial pelas inovações relativas à indústria 4.0 no Complexo Aytorn Senna, que é a primeira planta industrial da América Latina a receber este reconhecimento.

• O Kwid venceu pelo quarto ano consecutivo a melhor compra do segmento na categoria "Carros até R\$ 45.000" pela revista Quatro Rodas.

• O Zoe foi o carro elétrico melhor avaliado na 7ª edição do Selo Maior de Revenda – Autos, da Agência Autointerim, em parceria com a Textofina de Comunicação. O veículo 100% elétrico da Renault teve uma desvalorização de 9,9% em 12 meses de uso.

• O Master foi eleito o campeão geral na categoria "Utilitário de carga" na 6ª edição da certificação Selo Maior Valor de Revenda – Veículos Comerciais da Agência Autointerim, em parceria com a Textofina de Comunicação. O modelo também venceu na categoria furgão. O modelo da Renault também foi eleito o "Campeão de Revenda – Frotas 2020" por ter registrado a menor diferença de preço no período de três anos, com base nas informações da tabela Fipe, processadas pelo FrotadataBank, banco estatístico da SFCOM. O Master ainda foi eleito o furgão no ano 2019 no prêmio Lotus Frotas 2019 na categoria furgão de carga.

• A Renault foi eleita a montadora com "Melhor Pós-Venda" no prêmio Car do Ano 2021 da Autoesporte.

• Pelo segundo ano consecutivo, a Renault do Brasil recebeu o título de Montadora Parceira do Setor de Reparação Independente pelas excelentes iniciativas desenvolvidas para auxiliar os profissionais do setor na 11ª edição do Prêmio "Os Melhores do Ano" do Sindipeça-SP, evento que homenageia as marcas mais bem avaliadas pelos mecânicos profissionais.

A Renault recebeu o selo RA1000, criado pelo Reclame Aqui para destacar as empresas que possuem excelentes índices de atendimento. Com uma nota de 9,5

RA1000, a marca é a melhor entre todas do setor automotivo.

• A Renault foi reconhecida no Prêmio Conares (Congresso Nacional das Relações Empresa-Cliente), conquistando o troféu para Empresas Contratantes no segmento Automotivos.

• A campanha publicitária "Caverna do Dragão: O Retorno", criada para o lançamento Renault Kwid Outsider, foi a grande vencedora da primeira edição do YouTube Works no Brasil. O filme, criado pela DP2AT, venceu em três categorias: Creative Effectiveness (eficiência criativa), Buzz/Worthy (trepidação) e melhor conteúdo (qualidade). A campanha também foi eleita pelo júri do SBT como o Melhor Comercial em 2019.

• A Renault recebeu o "Prêmio Melhores Práticas Diversidade & Inclusão", promovido pela Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento do Paraná (ABTD/PR).

• A Renault recebeu o prêmio AB Diversidade 2020, promovido pela Automotive Business em parceria com a MHO Consultoria, que reconhece organizações que proporcionam ambientes mais plurais e inclusivos em cinco eixos: gênero, etnia, pessoa com deficiência (PCD), LGBTQ+ e gerações.

• A Renault foi eleita "Líder do Estado do Paraná" no Prêmio Líderes Unidades do Brasil 2020, uma iniciativa do Lide (Grupo de Líderes Empresariais).

• A Renault do Brasil foi premiada pelo segundo consecutivo como a melhor empresa no setor de Veículos e Autopartes no Prêmio Estúdio Empresas Mier, promovido pelo Estadão em parceria com a Austin Rating e a FIA (Fundação Instituto de Administração).

• O Instituto Renault, responsável pelas ações de responsabilidade socioambiental da Renault no Brasil e que completou 10 anos de atuação neste ano, foi eleito a melhor Ação de Responsabilidade Social pelo Top Car Ty 2020.

### AGRADECIMENTOS

Manifestamos nossos agradecimentos aos fornecedores, concessionários, bancos, acionistas, ao Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) e demais parceiros pela confiança depositada em nossa empresa, aos clientes que demonstraram sua preferência pelos nossos produtos e, especialmente aos colaboradores da Renault do Brasil pela dedicação e comprometimento, que contribuíram para a sustentabilidade do negócio.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em Milhares de Reais - R\$)

ATIVO					
		Controladora		Consolidado	
	Notas explicativas	2020	2019	2020	2019
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.894.293	1.400.593	1.961.116	1.505.631
Clientes	10	1.201.527	801.193	1.258.877	843.608
Estoques	11	1.044.013	819.095	1.135.520	992.384
Impostos a recuperar	12	1.344.042	345.643	1.375.876	365.554
Despesas antecipadas		25.193	15.844	25.193	15.844
Outros ativos circulantes	13	181.477	442.702	195.294	366.591
		<b>5.690.645</b>	<b>3.881.980</b>	<b>5.865.876</b>	<b>4.020.252</b>
<b>Não circulante</b>					
Depósitos judiciais	24	379.212	470.376	370.246	470.412
Impostos diferidos	23	-	84.387	17.473	104.593
Impostos a recuperar	12	185.198	237.709	185.198	238.150
		<b>555.410</b>	<b>792.471</b>	<b>572.917</b>	<b>813.495</b>
Investimentos	14	100.452	58.822	6	6
Imobilizado	15	2.807.584	2.992.268	2.946.201	3.140.117
Intangível	16	4.080	9.579	4.080	9.579
		<b>2.912.106</b>	<b>3.060.689</b>	<b>2.953.297</b>	<b>3.149.702</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>9.158.161</b>	<b>7.735.143</b>	<b>9.392.090</b>	<b>7.983.449</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	17	1.971.446	1.956.031	2.606.216	2.910.835
Empréstimos e financiamentos	19	2.538.366	1.812.707	2.538.366	1.812.707
Arendamentos a pagar	18/19	3.004	2.827	4.548	4.203
Debitores	19	-	25.039	-	25.039
Obrigações tributárias	21	182.477	275.364	172.629	285.009
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	1.112	17.434	5.629
Obrigações sociais e previdenciárias	20	216.729	322.019	220.361	312.947
Empresas ligadas - royalties	20	53.516	63.595	53.516	71.953
Provisões comerciais		95.075	114.759	95.075	114.759
Dividendos a pagar	20	16.949	89.321	16.950	90.736
Provisões para garantia	21	80.614	117.073	80.614	117.073
		<b>5.138.176</b>	<b>4.589.926</b>	<b>5.201.121</b>	<b>4.964.953</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	19	1.630.897	102.821	1.600.857	102.821
Arendamentos a pagar	18/19	1.120	10.356	176.107	160.887
Provisão para contingências	24	635.562	905.321	635.789	607.004
Provisão para garantia		114.884	156.684	114.884	156.684
Obrigações tributárias	21	106.882	124.102	106.882	124.102
Outros passivos		58	1.332	59	1.331
		<b>2.459.183</b>	<b>1.000.596</b>	<b>2.628.247</b>	<b>1.172.809</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>7.597.359</b>	<b>5.590.522</b>	<b>7.829.468</b>	<b>6.137.762</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Reserva de substituição	22	2.393.893	2.393.893	2.393.893	2.393.893
Prejuízos acumulados		1.289.301	1.289.301	1.289.301	1.289.301
		(2.102.392)	(1.478.638)	(2.102.393)	(1.479.638)
<b>Patrimônio líquido atribuído aos controladores</b>		<b>1.580.802</b>	<b>2.144.821</b>	<b>1.580.802</b>	<b>2.144.821</b>
Participação de não controladores		-	-	1.820	1.096
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.580.802</b>	<b>2.144.821</b>	<b>1.582.622</b>	<b>2.145.667</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>9.158.161</b>	<b>7.735.143</b>	<b>9.392.090</b>	<b>7.983.449</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(583.819)	84.787	(583.065)	85.000
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(583.819)	84.787	(583.065)	85.000
(Prejuízo) lucro atribuível a:				
acionistas controladores:			(583.819)	84.787
acionistas não controladores:			754	233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida de vendas	27	8.526.011	13.012.828	8.590.962	13.012.162
Carro dos produtos vendidos e serviços prestados	28	(8.050.593)	(11.112.786)	(8.241.759)	(11.304.913)
Lucro bruto		475.418	1.899.292	349.203	2.005.272
Resultados (despesas) operacionais					
Despesas operacionais	28	(836.774)	(1.070.287)	(850.579)	(1.068.089)
Provisão para perdas de créditos esperados	28	(8.079)	850	(10.729)	(1.378)
Despesas gerais administrativas	28	(880.336)	(567.407)	(955.851)	(1.023.248)
Resultados de equivalência patrimonial	14	41.830	8.820	-	-
Outros resultados operacionais líquidos	28	773.999	583.032	783.483	502.549
(Prejuízo) lucro operacional antes dos impostos e despesas financeiras		(228.420)	462.957	(205.596)	495.235
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	30	337.922	657.421	303.758	671.953
Despesas financeiras	30	(531.854)	(1.006.103)	(576.095)	(1.058.817)
Variação cambial líquida	30	(77.270)	(8.346)	(90.374)	(6.542)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(468.632)	35.879	(419.201)	90.922
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(11.112)	(17.323)	(17.323)	(8.119)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(84.387)	(87.460)	(87.460)	(84.387)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(583.819)	84.787	(583.065)	85.000
Acionistas controladores:		(583.819)	84.787	(583.819)	84.787
Acionistas não controladores:		-	754	233	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FIMOS

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Atividades operacionais</b>					
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		(583.819)	84.787	(583.065)	85.000
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício com o balanço patrimonial das atividades operacionais:					
Depreciação/amortização	15 e 16	404.676	438.264	405.403	438.907
Provisão para impairment de ativos fixos	15	84.884	-	74.894	-
Depreciação de ativos intangíveis	15 e 27	2.286	3.228	2.780	2.241
Reversão de ajuste a valor presente	21	1.753	2.826	1.753	2.826
Prejuízo para perda de créditos esperados	10	8.079	(2.069)	8.079	(2.069)
Provisão para perdas em estagios	10	8.214	4.708	5.712	5.033
Equivalência patrimonial	14	(41.839)	(49.500)	-	-
Provisão para contingências	24	23.556	23.315	23.392	25.518
Prejuízo para danos	21	32.868	139.452	32.868	139.452
Prejuízo para danos	21	63.945	18.246	63.945	27.455
Provisões comerciais	23	813.073	45.437	826.551	45.437
Ajustado montante dos depósitos e liquidez	24 e 30	(24.823)	(12.628)	(24.823)	(12.628)
Receitas da realização de caixa, intangível, ativo	23	(30.477)	(35.362)	(30.477)	(35.362)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	23	31.362	31.362	31.362	31.362
Impostos de renda e contribuição social diferidos	23	84.367	-	84.367	-
Créditos de PIS e Cofins sobre ativo Imobiliário	12	(805.900)	-	(805.900)	-
Ativo Imobiliário	19	1.422	1.422	1.422	20.044
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo e variável cambial não realizado - Clientes	19	12.241	(9.387)	12.250	(9.387)
Ativo e variável cambial não realizado - Fornecedores	19	169.490	162.792	169.490	165.257
Ativo e variável cambial não realizado - Emprestimos	18	(21.444)	86.851	71.267	305.468
<b>Resultado líquido nas atividades operacionais:</b>					
Clientes	10	(384.051)	77.973	(392.388)	(272.532)
Fornecedores	12	(238.130)	182.652	(214.560)	108.874
Ativo Imobiliário	19	1.422	1.422	1.422	20.044
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Impostos a receber	12	143.930	(210.192)	143.930	(196.177)
Depósitos judiciais	24	18.603	(617.198)	18.603	(617.198)
Depósitos judiciais	24	(3.340)	29.251	(3.340)	29.201
Outros ativos	10	281.223	184.878	281.223	184.600
<b>Resultado (líquido) nas passivas operacionais:</b>					
Fornecedores	17	5.825	305.057	(19.000)	292.527
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Outros passivos	17	(970.859)	55.581	(980.687)	103.884
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Aquisição (líquido) de pessoas jurídicas atividades operacionais	17	1.412.176	575.155	1.466.852	648.245
<b>Atividade de investimento e financiamento</b>					
Aquisição de imobilizante e intangível	15 e 16	(454.486)	(578.158)	(467.362)	(722.507)
Ativos e juros sobre capital próprio recebidos			40.000		
Acidentes na liquidação de swap	19	722.563	145.708	722.563	145.708
Ativo Imobiliário	19	145.289	145.289	145.289	327.016
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)	(24.452)	918
Ativo Imobiliário	19	(24.452)	(617)</		



## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais - R\$)

Notas Explicativas	Ativo do acionista controlador					Participação de não controladores	Total
	Capital social	Reserva de sobreposição de investimentos	Reserva legal	(Prejuízos) acumulados	Reserva de Lucros		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>2.393.893</b>	<b>995.076</b>	-	<b>(1.346.508)</b>	-	<b>2.042.461</b>	<b>2.042.461</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	84.767	-	233	85.000
Reserva de sobreposição de investimentos	22	235.250	-	(235.250)	-	-	-
Reversão juros sobre capital próprio de 2018	22.1	-	-	17.393	-	17.393	17.393
Dividendos e juros sobre capital próprio	14	-	-	-	-	(319)	(319)
Juros sobre capital próprio distribuídos em 2019 pela controladora	14	-	-	-	-	(71)	(71)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.393.893</b>	<b>1.230.366</b>	-	<b>(1.479.538)</b>	-	<b>2.144.621</b>	<b>2.144.621</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(583.819)	-	754	(583.065)
Reserva de sobreposição de investimentos	22	38.935	-	(38.935)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.393.893</b>	<b>1.269.301</b>	-	<b>(2.021.352)</b>	-	<b>1.560.802</b>	<b>1.560.802</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

## 1 Contexto operacional

A Renault do Brasil S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Renault, 1.300 no bairro Borda do Campo em São José dos Pinhais, Paraná, é uma companhia anônima de capital fechado e parte integrante do Grupo Renault com sede em Paris - França. A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, produção, importação, exportação e comercialização de veículos automotores de passeio e comerciais leves, bem como de motores, componentes e peças da reposição.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ("Grupo") que tem por objeto social a comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos da marca Renault.

## Impactos relacionados à pandemia COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o Coronavírus (COVID-19) em 11 de março de 2020 como uma pandemia. O surto desencadeou decisões administrativas de governos e entidades do setor privado, que resultaram no impacto potencial do surto, aumentando o grau de incerteza para os agentes econômicos e podam gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O surto da pandemia da COVID-19 e as medidas adotadas por governos em países em todo o mundo para mitigar a propagação da pandemia impactaram significativamente a Companhia. Essas medidas exigiram que as concessionárias paralisassem suas lojas de varejo em vários locais por determinado período durante o ano, gerando suas receitas durante esse período unicamente com as vendas online. Isso impactou o desempenho financeiro da Companhia no ano e também sua posição de liquidez. Assim, há uma incerteza significativa sobre o surto afetará os negócios da Companhia em períodos futuros e a demanda dos clientes por sua variedade de produtos de varejo, tanto nas lojas físicas quanto online.

A Administração da Companhia manteve o plano de investimento estabelecido para 2020, que contempla aquisição de máquinas e equipamentos e modernização do capacitar, para lançamento de novos veículos, entre outros.

Em virtude da pandemia COVID-19, no ano de 2020 a Companhia aumentou seu endividamento para garantir liquidez e continuidade das operações. Entretanto, melhorou o perfil da dívida reduzindo 15 p.p. do total das liquidações de curto prazo se comparado a 2019.

As vendas online de 2020, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Adeção ao sistema de trabalho "home office";
- Alinhamento de produção à demanda de mercado;
- Programa de demissão voluntária - PDV;
- Redução de custos fixos;
- Negociação de benefícios a colaboradores com o sindicato da área;
- Mudança na sua estratégia de participação de mercado, privilegiando sua rentabilidade unitária;
- Estafeta de trabalho dos funcionários da Companhia, com registro de impacto conforme nota explicativa 15;

Devido à instabilidade provocada em 2020 pelo impacto negativo da crise gerada pela pandemia da COVID-19, a Companhia decidiu deixar de reconhecer contabilmente a parcela de impostos sobre a renda diferidos conforme nota explicativa 23.

Acompanhamento e detalhamento do endividamento conforme nota explicativa 19.

## Resultados operacionais e expectativas para o ano subsequente

No exercício final em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não controladora, reconheceu um prejuízo de R\$ 583.065 (lucro líquido de R\$ 35.000 em 2019). Este desempenho negativo foi resultado da queda de 33% na receita líquida de vendas da Companhia, que gerou redução do lucro bruto de R\$ 2.055.278 em 2019 para R\$ 1.230.153 no ano corrente. Embora a administração tenha adotado medidas de restrição de custos e despesas, as quais foram extremamente importantes para restringir os efeitos negativos da pandemia sobre o desempenho da Companhia, estas não conseguiram alcançar determinados custos fixos, os quais foram os principais responsáveis pela redução da rentabilidade no exercício.

Sua única filial patrimonial, a Companhia foi capaz de obter novos lotes de crédito, que permitiram cobrir as necessidades de caixa geradas pela redução das vendas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha R\$ 1.991.116 em recursos compreendendo caixa, equivalentes de caixa, além de passivos líquidos de crédito, não utilizados disponíveis na data de autorização dessas demonstrações financeiras. Os altos volumes de recursos em caixa permitiram um aumento substancial das receitas financeiras em relação ao exercício anterior, compensando o aumento de despesas financeiras ocasionado pelo aumento das captações conforme mencionado acima.

Para 2021 a Companhia tem expectativas de caixa operacional positivo visando redução do seu nível de endividamento. Para tanto, mantém medidas de controle de gastos, remanejamento comercial e preservação de caixa.

Apesar das incertezas sobre efeitos futuros nas demonstrações financeiras e/ou sobre as estimativas contábeis, continuamos tomando todas as medidas possíveis para preservação de nossos colaboradores, negócios e operações.

## Resultados observados pela mídia Renault

Em fevereiro de 2021, o Grupo Renault divulgou seus resultados demonstrando um faturamento de R\$ 4,3 bilhões de R\$ 3,7 bilhões no ano anterior. O Grupo afirma que, apesar de um primeiro trimestre fortemente impactado pela COVID-19, o segundo trimestre apresentou melhorias significativas resultantes do processo de aceleração de corte de custos fixos, e política de melhoria de preços.

Adicionalmente, o Grupo informou que conseguiu seus objetivos até 2023 divulgados por meio de seu plano estratégico "Renault+2030", que consiste em:

- Manter a margem operacional do Grupo acima de 3%;
- Manter o fluxo de caixa livre em cerca de 3 bilhões de Euros;
- Manter os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e capex em cerca de 8% das vendas.

## Adoção do princípio de continuidade operacional na preparação das demonstrações financeiras

Com base nas informações acima, a Administração elaborou as presentes demonstrações financeiras considerando o pressuposto de continuidade operacional.

## 2 Relatório de entidades controladas

Entidade Atividade principal País Controle Participação acionária %

Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. Comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos da marca Renault. Brasil Direto 98,22% 62,22%

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa 20, a Companhia mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas. Referidas transações são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as empresas relacionadas, considerando-se a estrutura operacional e de capital do Grupo Renault, as quais poderiam ser diferentes, caso realizadas com terceiros.

## 3 Base de preparação

## a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 4. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controladora. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## 6. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas 7 e 24. O reconhecimento de provisões e contingências, determinação de se há obrigação presente com probabilidade provável de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

## b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As incertezas sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

## • Nota explicativa 7 - reconhecimento de receitas estimativa da expectativa de devolução;

• Nota explicativa 7b - reconhecimento e mensuração de provisões para garantias, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

• Nota explicativa 10 - mensuração de perda de crédito esperada para dar a receber e ativos contábeis, principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

• Nota explicativa 11 - mensuração de provisões para pensões nos estoques;

• Nota explicativa 15 - teste de redução ao valor recuperável de ativos, principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

• Nota explicativa 23 - reconhecimento de ativos financeiros diferidos, disponibilidade de lucro líquido para controle e qual diferença temporal desatualizada e prejuízos fiscais possam ser utilizados, e

• Nota explicativa 24 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

## (i) Mensuração de valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma política de avaliação que prevê a responsabilidade para revisar todas as mensurações de valor justo e qual diferença temporal desatualizada e prejuízos fiscais possam ser utilizados, e

significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 em um relatório direcionado ao Direto Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou revisões de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia de valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

As mensurações de valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

O Grupo reconhece as transações entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as operações.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controladora Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pelo controlador.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa control











Continua na página 6



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores da  
Renault do Brasil S.A.  
São José dos Pinhais - Paraná

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renault do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renault do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com as normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumrimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, na administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-044280-6 F-PR

Cristiano Aurélio Kruk

Contador CRC PR-054385-D-0

81171/2021

## LEPANTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 78.773.454/0001-92

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

em reais

	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>	<b>7.557.924,86</b>	<b>7.551.889,03</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>7.557.924,86</b>	<b>7.551.889,03</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>401.277,31</b>	<b>1.017.931,59</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.408,63</b>	<b>2.890,89</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>401.277,31</b>	<b>1.017.931,59</b>	<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>1.408,63</b>	<b>2.890,89</b>
<b>CAIXA</b>	<b>5.750,34</b>	<b>17.931,59</b>	<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A LUCRO</b>	<b>1.202,62</b>	<b>2.375,82</b>
<b>BANCOS COM MOVIMENTO</b>	<b>395.526,97</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECEITAS</b>	<b>206,01</b>	<b>425,08</b>
<b>APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA</b>	<b>7.156.647,54</b>	<b>6.533.957,44</b>	<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.141.426,76</b>	<b>830.925,76</b>	<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>1.141.426,76</b>	<b>830.925,76</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>548.430,89</b>	<b>548.430,89</b>
<b>EMPRESTIMOS A PESSOAS LIGADAS</b>	<b>4.764.499,48</b>	<b>4.393.446,26</b>	<b>OPERAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS</b>	<b>548.430,89</b>	<b>548.430,89</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>4.764.499,48</b>	<b>4.393.446,26</b>	<b>OPERAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS</b>	<b>6.008.085,33</b>	<b>7.005.687,24</b>
<b>INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS</b>	<b>4.764.499,48</b>	<b>4.393.446,26</b>	<b>CAPITAL</b>	<b>6.434.596,50</b>	<b>6.434.596,50</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>1.250.722,30</b>	<b>1.309.565,42</b>	<b>CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO</b>	<b>551.764,31</b>	<b>551.764,31</b>
<b>BENS E DIREITOS EM USO</b>	<b>1.684.331,46</b>	<b>1.684.331,46</b>	<b>CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR</b>	<b>375.742,50</b>	<b>375.742,50</b>
<b>(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA</b>	<b>(433.609,16)</b>	<b>(374.745,04)</b>	<b>RESERVAS</b>	<b>176.021,81</b>	<b>176.021,81</b>
			<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>	<b>21.724,52</b>	<b>14.296,43</b>
			<b>RESERVAS DE LUCROS</b>	<b>21.724,52</b>	<b>14.296,43</b>
			<b>LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>21.724,52</b>	<b>14.296,43</b>
			<b>LUCROS ACUMULADOS</b>	<b>21.724,52</b>	<b>14.296,43</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS

	31/12/2020	31/12/2019
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>7.008.085,33</b>	<b>7.000.657,24</b>
<b>SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>7.000.657,24</b>	<b>6.987.770,17</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.428,09</b>	<b>12.887,07</b>
<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>AUMENTOS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Investimentos dos Sócios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO/DESTINAÇÃO DO LUCRO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Reserva Legal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS PARA RESERVAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DIVIDENDOS E LUCROS A DISTRIBUIR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Dividendos e Lucros a Distribuir</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SALDO NO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>7.008.085,33</b>	<b>7.000.657,24</b>

	31/12/2020	31/12/2019
<b>SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>14.296,43</b>	<b>1.408,36</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.428,09</b>	<b>12.887,07</b>
<b>PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO/DESTINAÇÃO DO LUCRO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>LUCROS INCORPORADOS AO CAPITAL SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento de Capital Social com Lucros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TRANSFERÊNCIA PARA RESERVAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Reserva Legal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DIVIDENDOS E LUCROS A DISTRIBUIR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Dividendos e Lucros a Distribuir</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SALDO NO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>21.724,52</b>	<b>14.296,43</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL  
A Lepanto Administração e Participações S.A. ("Companhia" ou "Lepanto"), com sede na Rua São Bento, 1807, no município de Curitiba, Estado do Paraná, constituída em 29 de maio de 1985, é uma Companhia de capital fechado. A Companhia tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades, com o interesse de investimento como acionista ou quotista ou através de negociações em Bolsas de Valores, podendo as empresas objeto das investidas financeiras, terem suas sedes no Brasil ou no Exterior e alugar de imóveis próprios. A Companhia é tributada pelo lucro presumido para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e pelo critério de cumulatividade para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Para fins de apresentação de relatório, essa conjunto de regras é denominado "BR GAAP".

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS  
As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios e períodos apresentados e para as demonstrações financeiras da Companhia (BR GAAP).

a) Moeda funcional e de apresentação  
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$).

b) Transações e saldos em moeda estrangeira  
As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

c) Caixa e equivalentes de caixa  
Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insigni-

ficante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Aplicações Financeiras  
Compreende os investimentos financeiros de renda fixa, sendo estas registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

f) Impostos a Recuperar  
Constituído pelo saldo negativo de IRPJ gerado pelos resgates de aplicações financeiras e consequente retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) conforme legislação fiscal.

g) Investimento em Sociedades em Conta de Participação  
A sociedade possui investimentos em sociedades em conta de participação com a empresa Equilíbrio Construção Civil Ltda., onde participa como investidor no empreendimento "Edifício 14 BIS" e "Edifício Rio Negro".

h) Outros ativos e passivos, correntes e não correntes  
Outros ativos e passivos, correntes e não correntes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos) acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável.

i) Apuração do resultado  
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
O capital social é de R\$ 6.434.596,50, composto conforme quadro abaixo:

Acionista	Ações Ordinárias	%	Saldo em 31/12/2020
Lívio Batista de Mio	1.087.393	30,40	1.956.139,47
Ivanete Andreata de Mio	550.430	15,39	990.162,30
Rômulo de Mio	34.019	0,95	61.197,63
Trigo de Mio	34.019	0,95	61.197,63
Guiliano de Mio	918.516	25,68	1.652.341,42
Camila de Mio Camero	952.535	26,63	1.713.530,05
<b>Total</b>	<b>3.576.912</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.434.596,50</b>

5. EVENTOS SUBSEQUENTES  
Não ocorreram eventos entre 31/12/2020 e a data da elaboração das demonstrações financeiras em 08/03/2021, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Curitiba, 08 de Março de 2021.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO em reais

	31/12/2020	31/12/2019
<b>RECEITAS</b>	<b>88.426,36</b>	<b>117.794,82</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>88.426,36</b>	<b>117.794,82</b>
<b>RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>88.426,36</b>	<b>117.794,82</b>
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS COM VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>(2.487,57)</b>	<b>(4.299,51)</b>
<b>IMPOSTOS A RECEITAS COM VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>(2.487,57)</b>	<b>(4.299,51)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>85.938,79</b>	<b>113.495,31</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>85.938,79</b>	<b>113.495,31</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>(103.953,02)</b>	<b>(81.561,60)</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(79.416,79)</b>	<b>(78.787,57)</b>
<b>DESPESAS GERAIS</b>	<b>(79.416,79)</b>	<b>(78.787,57)</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS</b>	<b>(1.010,67)</b>	<b>(1.130,77)</b>
<b>JUROS E DESCONTOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESAS BANCÁRIAS</b>	<b>(1.010,67)</b>	<b>(1.130,77)</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>(23.535,56)</b>	<b>(11.632,86)</b>
<b>IMPOSTOS</b>	<b>(23.535,56)</b>	<b>(10.851,96)</b>
<b>MULTAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS C/ PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>(760,90)</b>
<b>RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DIVIDENDOS E LUCROS RECEBIDOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>86.482,47</b>	<b>-</b>
<b>GANHOS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>86.482,47</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>48.448,23</b>	<b>21.933,71</b>
<b>ALIEGAÇÃO ATIVO IMOBILIZADO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ALIEGAÇÃO ATIVO IMOBILIZADO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E IMPOSTOS</b>	<b>48.448,23</b>	<b>21.933,71</b>
<b>PROVISÃO PARA IMPOSTOS SOBRE LUCRO</b>	<b>(41.020,14)</b>	<b>(9.046,64)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>(31.266,04)</b>	<b>(15.654,15)</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(9.754,10)</b>	<b>(3.392,49)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.428,09</b>	<b>12.887,07</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO em reais

	31/12/2020	31/12/2019
<b>OPERACIONAIS</b>	<b>245.601,06</b>	<b>-287.847,94</b>
<b>Recebimento de clientes</b>	<b>68.426,36</b>	<b>117.794,82</b>
<b>Juros recebidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros recebimentos</b>	<b>86.482,47</b>	<b>-</b>
<b>Pagamento a fornecedores</b>	<b>(13.800,00)</b>	<b>(13.447,00)</b>
<b>Pagamento a empregados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Pagamento de tributos</b>	<b>(44.858,93)</b>	<b>(13.054,28)</b>
<b>Juros pagos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Despesas gerais</b>	<b>(30.289,23)</b>	<b>(17.309,81)</b>
<b>Outros pagamentos</b>	<b>(311.563,72)</b>	<b>(361.911,67)</b>
<b>INVESTIMENTO</b>	<b>(371.953,22)</b>	<b>299.000,00</b>
<b>Ativo Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Investimentos</b>	<b>(371.953,22)</b>	<b>299.000,00</b>
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Integrações de capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(616.654,28)</b>	<b>2.852,06</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>1.017.931,59</b>	<b>1.015.879,53</b>
<b>No início do Período</b>	<b>401.277,31</b>	<b>1.017.931,59</b>
<b>No final do Período</b>	<b>401.277,31</b>	<b>1.017.931,59</b>
<b>Variação</b>	<b>(616.654,28)</b>	<b>2.852,06</b>

## DIRETORIA

Giselly Ap. Bordignon Becker  
Contadora  
CRC/PR 045888/D-4

Lívio Batista De Mio  
Diretor-Presidente

81049/2021